

Enap

Escola Nacional de
Administração Pública

A Perspectiva de Gênero e as Políticas Públicas para as Mulheres no Brasil

Enap

Ministério do
Planejamento, Orçamento
e Gestão

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
PÁTRIA EDUCADORA

Carolina Pereira Tokarski

- Graduada em Direito – Universidade de Brasília.
- Projeto Promotoras Legais Populares.
- Mestre em Direito, Estado e Constituição pela Universidade de Brasília.
- Professora Universidade Católica de Brasília.
- Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental.
- Comissão de Anistia (MJ); Secretaria de Assuntos Estratégicos; Secretaria de Políticas para as Mulheres; Ministério da Educação; Enap
- Áreas de atuação: Educação, Políticas para as Mulheres, Justiça e Direitos Humanos.

SE ELE TIVESSE NASCIDO MULHER

Eduardo Galeano

“Dos dezesseis irmãos de Benjamin Franklin, Jane é a que mais se parece com ele em talento e força de vontade.

Mas na idade em que Benjamin saiu de casa para abrir seu próprio caminho, Jane casou-se com um seleiro pobre, que a aceitou sem dote, e dez meses depois deu à luz seu primeiro filho. Desde então, durante um quarto de século, Jane teve um filho a cada dois anos. Algumas crianças morreram, e cada morte abriu-lhe um talho no peito. As que viveram exigiram comida, abrigo, instrução e consolo. Jane passou noites a fio ninando os que choravam, lavou montanhas de roupa, banhou montões de crianças, correu do mercado à cozinha, esfregou torres de pratos, ensinou abecedários e ofícios, trabalhou ombro a ombro com o marido na oficina e atendeu os hóspedes cujo aluguel ajudava a encher a panela. Jane foi esposa devota e viúva exemplar; e quando os filhos já estavam crescidos, encarregou-se dos próprios pais, doentes, de suas filhas solteironas e de seus netos desamparados.

Jane jamais conheceu o prazer de se deixar flutuar em um lago, levada a deriva pelo fio de um papagaio, como costumava fazer Benjamin, apesar da idade. Jane nunca teve tempo de pensar, nem se permitiu duvidar. Benjamin continua sendo um amante fervoroso, mas Jane ignora que o sexo possa produzir outra coisa além de filhos.

Benjamin, fundador de uma nação de inventores, é um grande homem de todos os tempos. Jane é uma mulher do seu tempo, igual a quase todas as mulheres de todos os tempos, que cumpriu o seu dever nesta terra e expiou parte de sua culpa na maldição bíblica. Ela fez o possível para não ficar louca e buscou, em vão, um pouco de silêncio.

Seu caso não despertará o interesse dos historiadores.”

Sumário

- Reflexos da desigualdade de gênero em números no Brasil.
- Mulheres no setor público. Apresentação do Informe de Pessoal/Infogov 2018
- Políticas e Instrumentos do Estado Brasileiro.
- Transversalidade e interseccionalidade
- O Comitê de Gênero da Enap.
- Grupo de Pesquisa Diversidade e Desigualdade na Implementação de Políticas Públicas

Desigualdade de gênero em números* no Brasil

*Relatório Anual Socioeconômico da Mulher -
Raseam. Março/2015 - LEI Nº 12.227, DE 12 DE
ABRIL DE 2010

* Estatísticas de Gênero. Uma Análise do Censo
Demográfico de 2010. IBGE.

* Ligue 180

O primeiro desafio para a construção de políticas públicas para a igualdade de gênero é dar visibilidade para a desigualdade, mostrar que existe em termos concretos, onde existe e como se manifesta.

“A construção da igualdade de gênero e a perspectiva inclusiva de gênero pressupõe a existência de estatísticas que sejam capazes de mensurar a situação das mulheres e homens na sociedade brasileira. Os desafios são enormes dado que a produção de estatísticas de gênero ainda se concentra predominantemente nas áreas tradicionais como trabalho, saúde e educação e a maioria dos países produz regularmente informações por sexo. Entretanto, são poucos aqueles países que produzem estatísticas sobre temas emergentes como violência contra as mulheres.” Ana Lúcia Sabóia. Coordenadora de Indicadores Sociais do IBGE.

Indicadores sensíveis à gênero

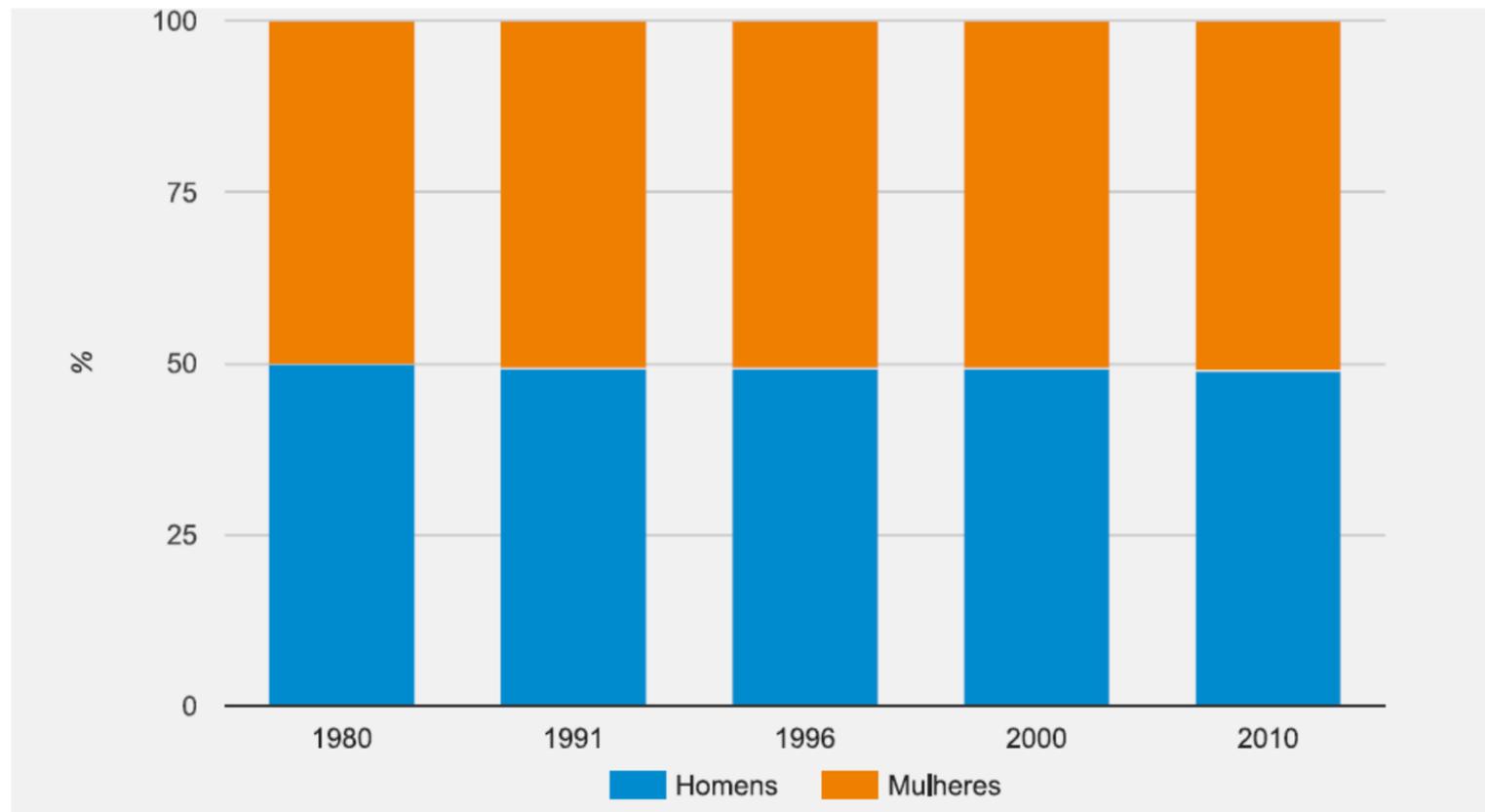
- Sensibilizar os (as) que fazem e planejam as políticas públicas;
- Contribuem para construir mudanças;
- Medir e avaliar o efeito das ações públicas, prevenir efeitos;
- Gerar novas ideias para maior equidade;
- Monitorar e avaliar – controle social
- Elaboração de diagnósticos setoriais desagregados por sexo
- Geração de banco de dados com enfoque de gênero
- Produção de sistemas de informação
- Promover dados sobre temas emergentes: pobreza, uso do tempo, violência, pobreza;
- Criação de novos indicadores

Mulheres no Brasil hoje:

- 51,7% da população brasileira (PNAD 2012);
- 52,6% da população feminina ocupada ou à procura de emprego (2006)
- 42,7% são “pessoas de referência” dos domicílios brasileiros (IBGE, 2012):
27,7 milhões de lares;
- 51,2% do eleitorado nacional

Demografia e arranjos familiares

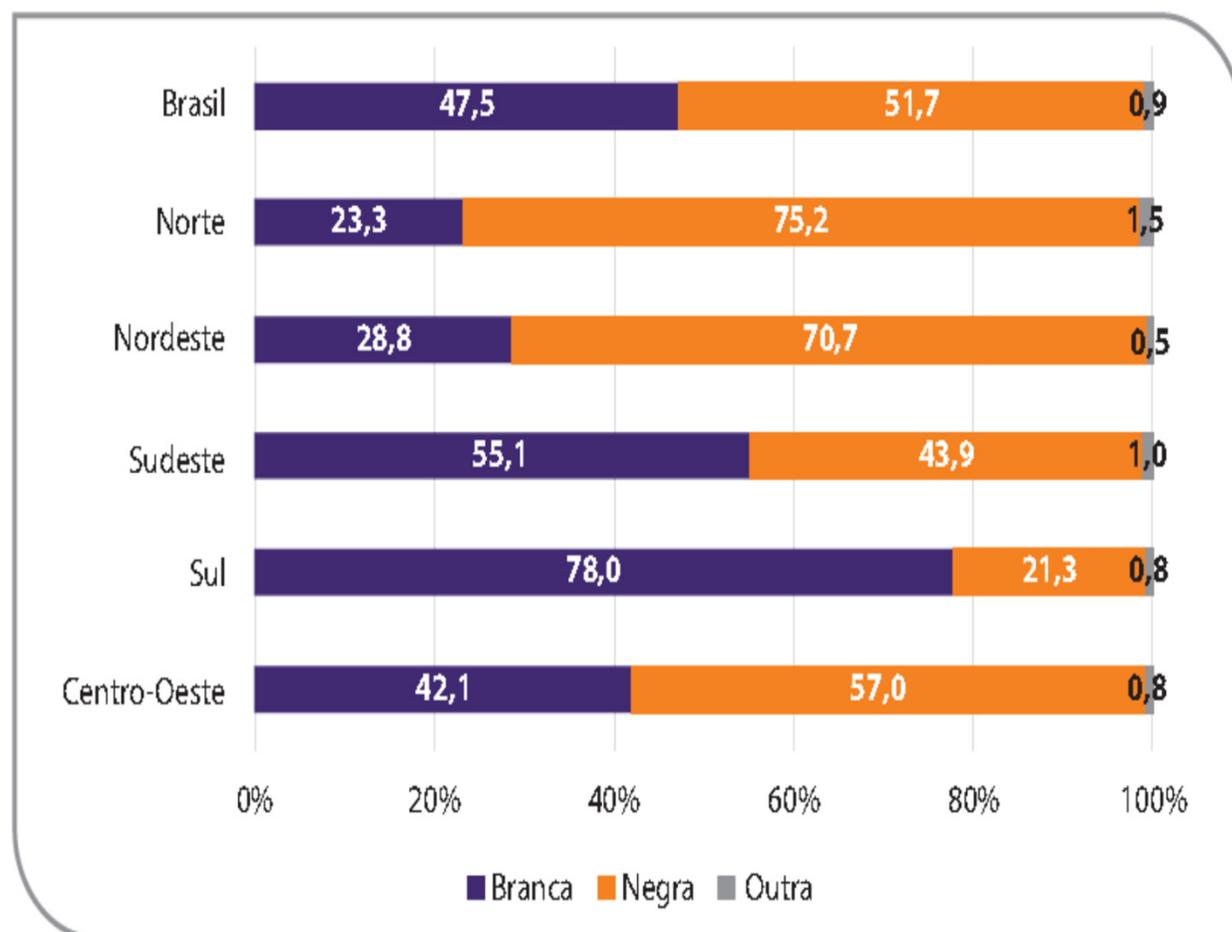
Distribuição percentual da População por Sexo - Brasil - 1980 a 2010



Ver tabela

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 1980, 1991, 2000 e 2010, e Contagem da População 1996.

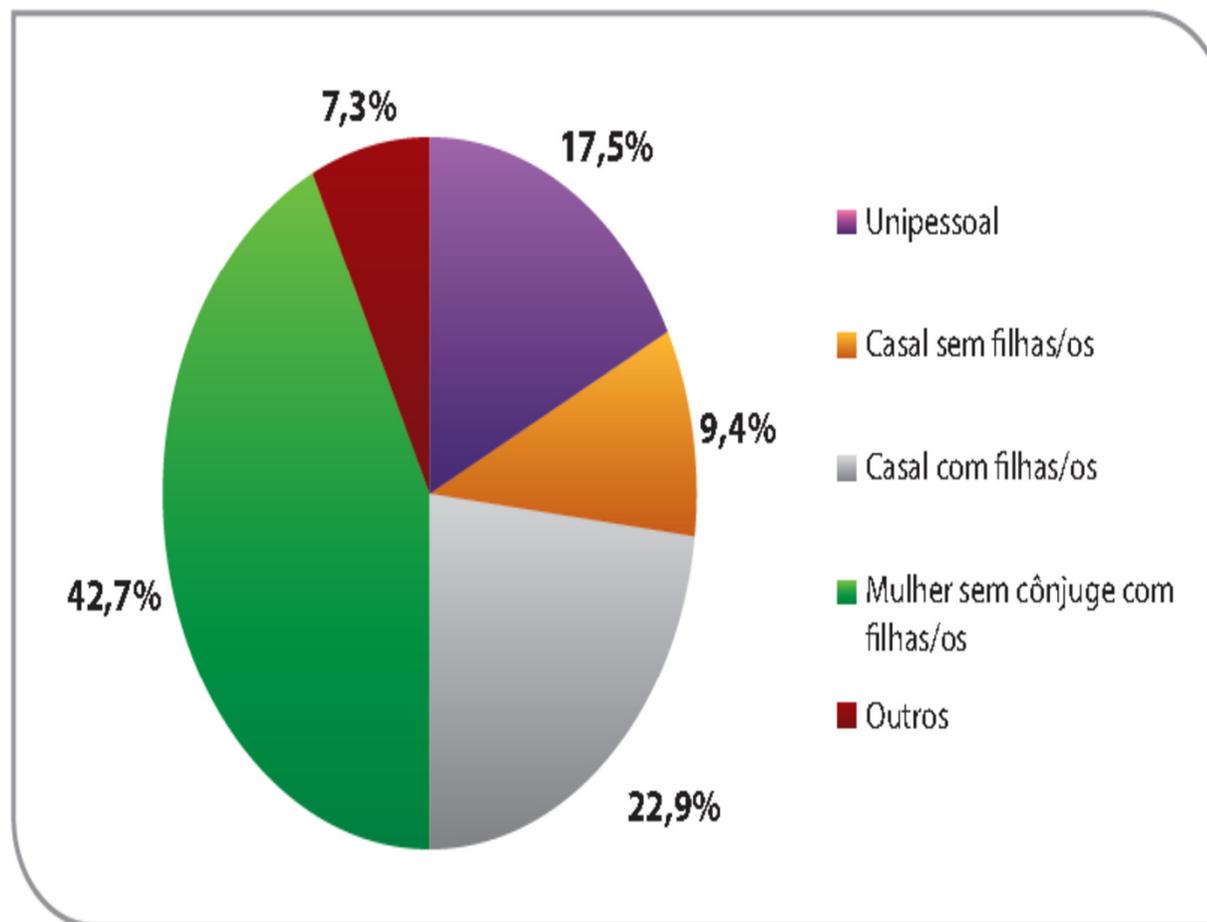
Gráfico 2.1 – Distribuição percentual da população feminina por cor ou raça – Grandes Regiões – 2012



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, 2012.

Observação: Ver tabela 2.1 do Anexo Estatístico.

Gráfico 2.5 – Distribuição percentual das famílias com pessoa de referência do sexo feminino por tipo de família – Brasil – 2012

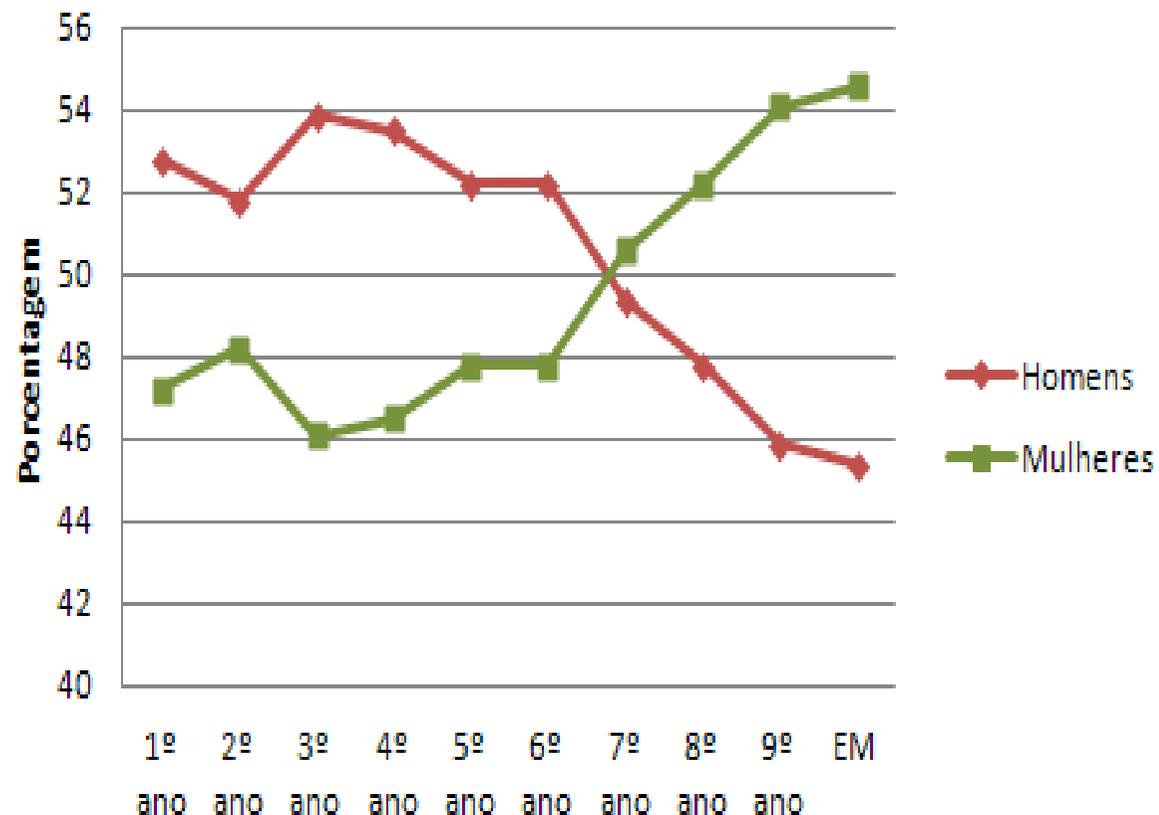


Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, 2012.

Observação: Ver tabela 2.11 do Anexo Estatístico.

Autonomia cultural: indicadores sobre educação

Distribuição de alunos/as entre as séries, por sexo

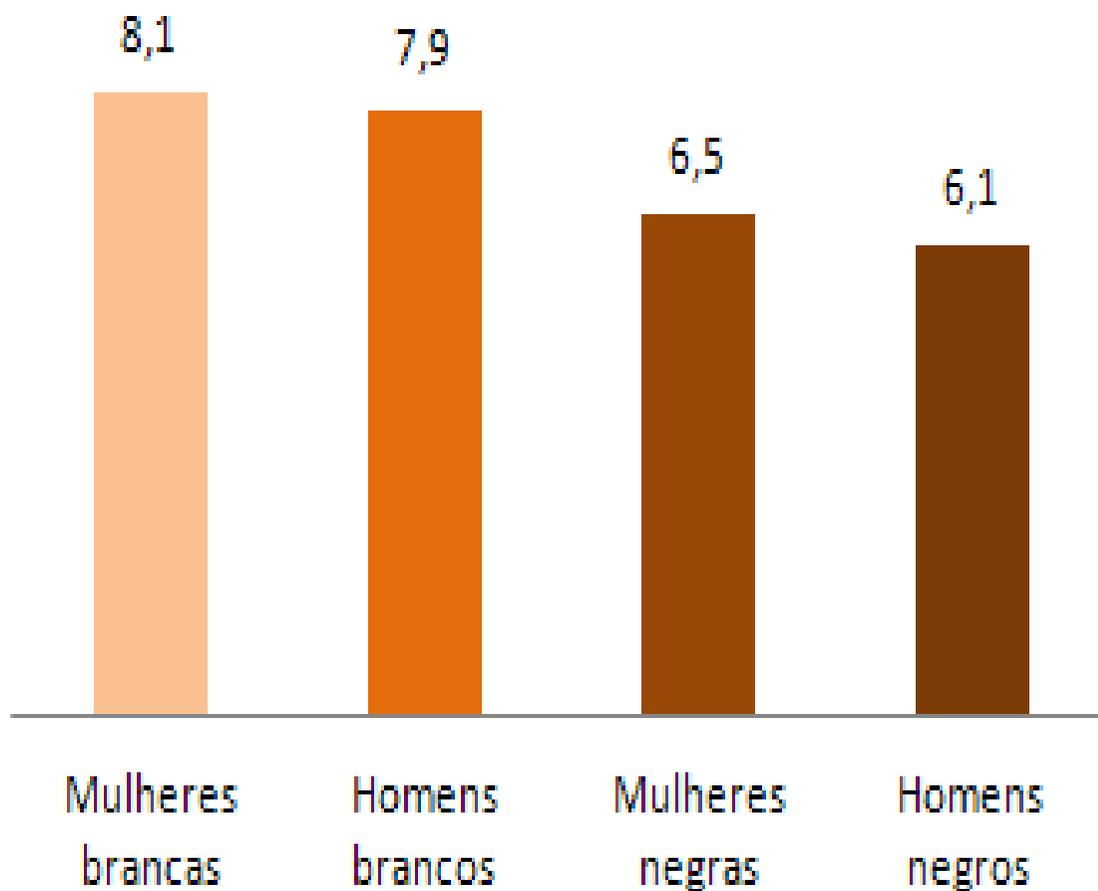


Proporção de estudantes ao longo dos anos do Ensino Fundamental de 9 anos e Ensino Médio (EM), por sexo. (Fonte: PNAD 2009)

Sucesso e Fracasso escolar: uma questão de gênero. **Marília Pinto de Carvalho.**

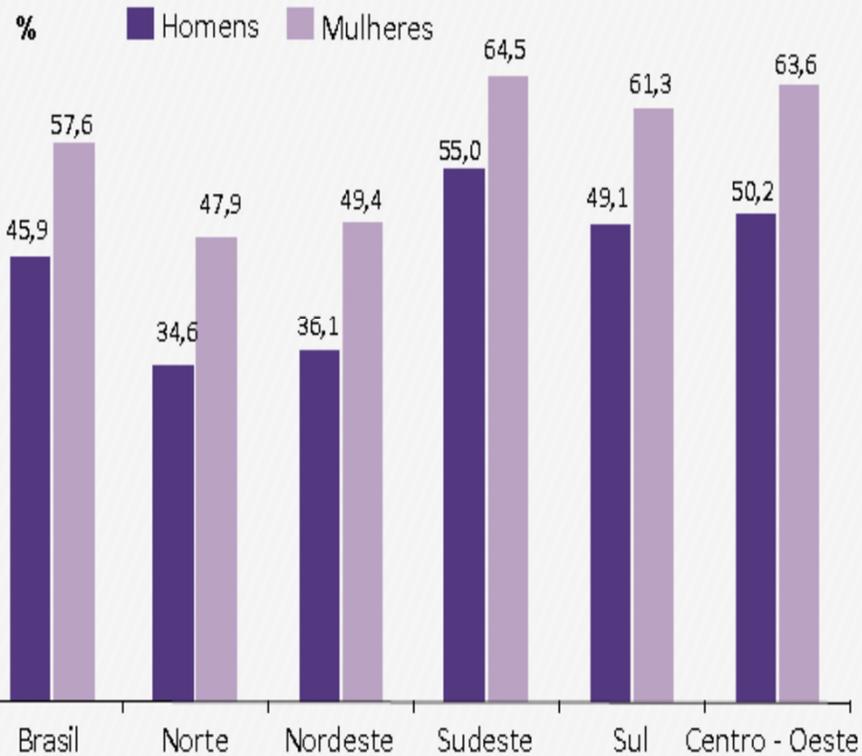
Explicações frequentes na literatura: 1 – trabalho infantil masculino 2/3 do feminino. Trabalho infantil doméstico; 2 – Socialização primária das meninas mais apta para a “docilidade do ser aluno”; 3 – meninos expostos a brincadeiras externas enquanto a socialização da menina daria-se dentro de casa majoritariamente, escola como local de socialização e “lazer” para meninas.

Média dos anos de estudo, por sexo e cor/raça



Média dos anos de estudo da população de 10 anos ou mais, por sexo e cor/raça. (Fonte: *PNAD 2009*, baseado em Rosenberg & Madsen, 2011)

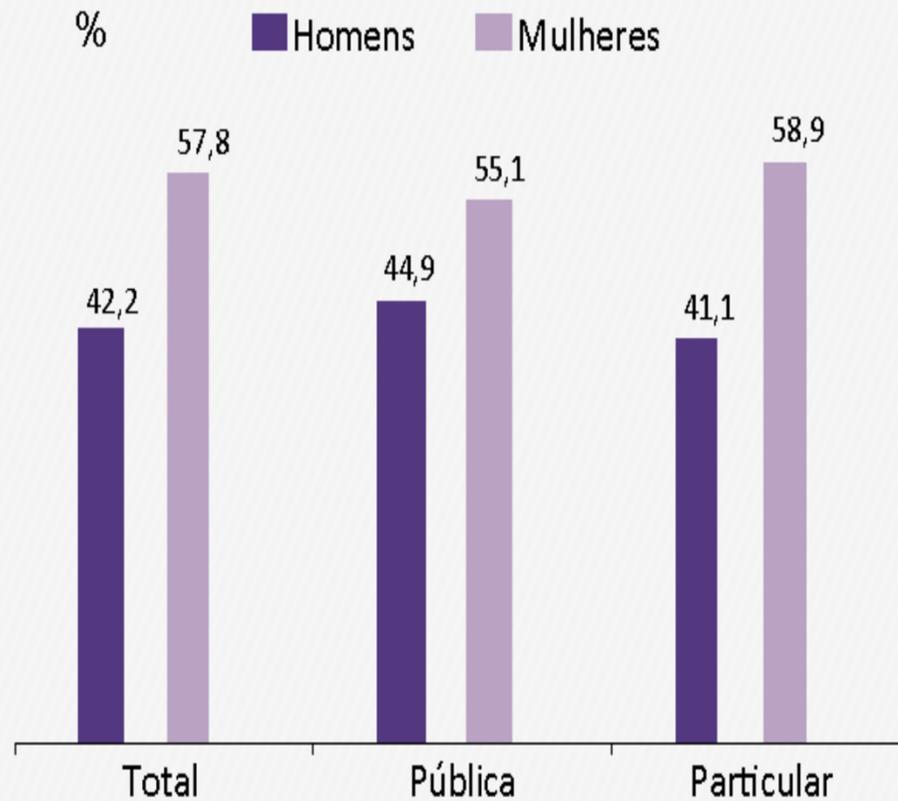
Taxa de frequência líquida no ensino médio dos adolescentes de 15 a 17 anos, por sexo - Brasil e Grandes Regiões - 2011



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios. Rio de Janeiro, 2011.

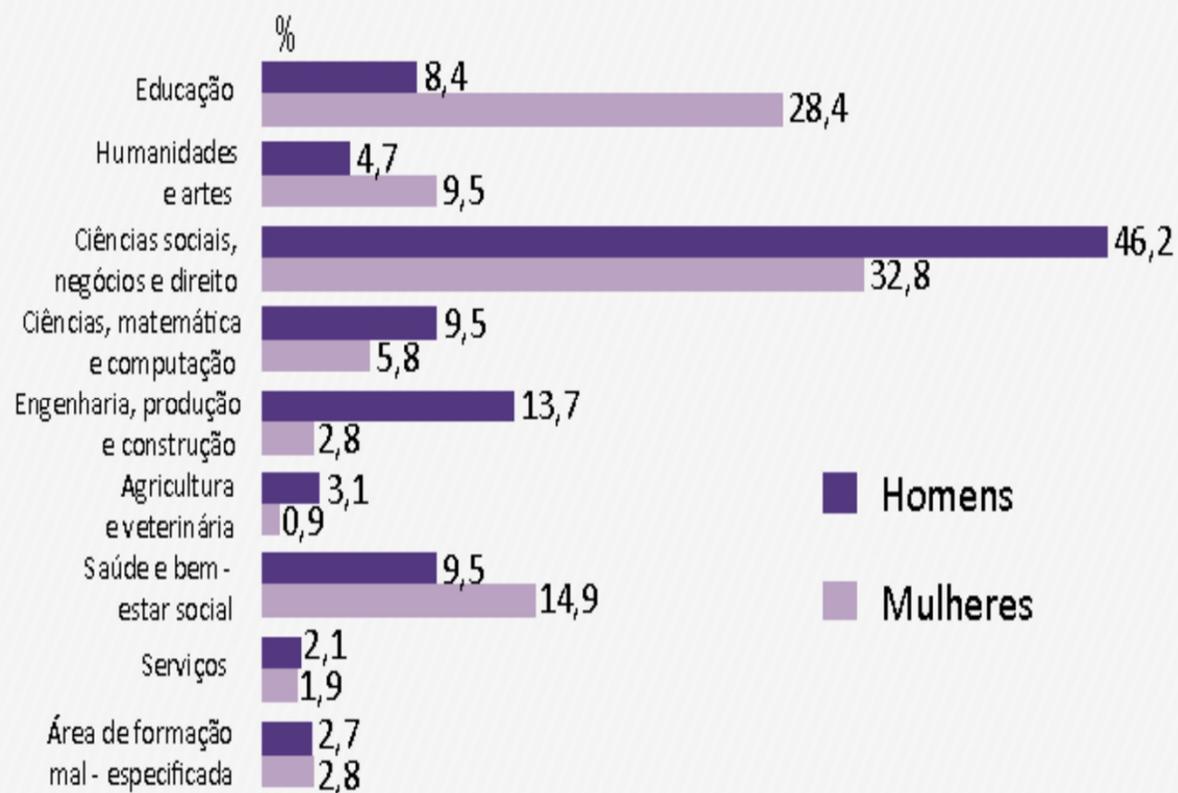
Taxa de frequência líquida ou taxa líquida de matrícula – A proporção de estudantes de uma determinada faixa etária no nível de Ensino oficialmente correspondente a essa faixa

Distribuição percentual das pessoas de 18 a 24 anos de idade que frequentam o ensino superior, por sexo e rede de ensino - Brasil - 2011



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios. Rio de Janeiro, 2011.

Distribuição das pessoas com graduação conduzida por sexo e áreas gerais de formação - Brasil - 2010



Fonte: IBGE, Censo Demográfico. Rio de Janeiro, 2010.

Lista dos 10 cursos de ensino superior com as maiores proporções de concluintes mulheres e homens 2005/2010

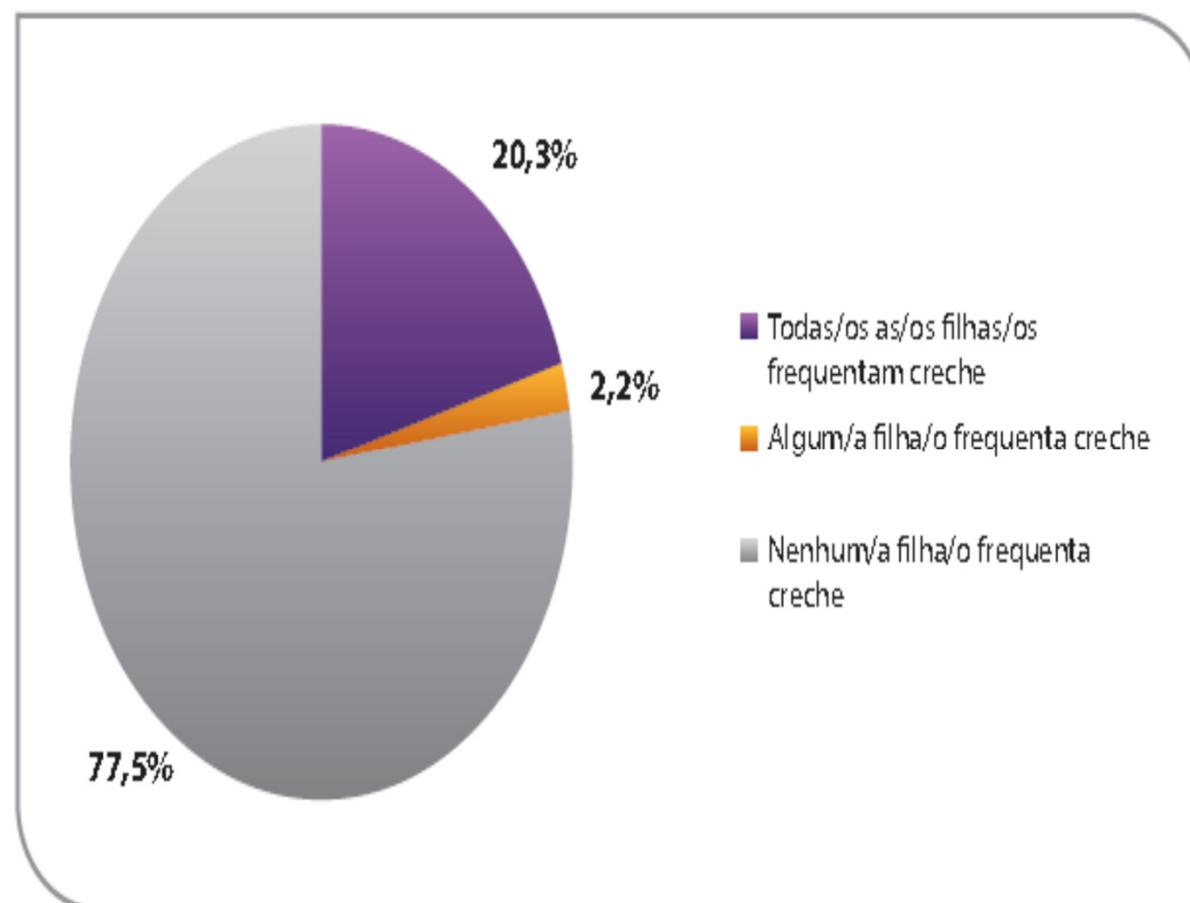
2005	2010
Mulheres	Mulheres
Formação de professor de educação infantil	Ciências domésticas
Serviços de beleza	Secretariado e trabalhos de escritório
Serviço social e orientação	Ciências da educação
Ciências da educação	Serviços de beleza
Formação de professor da educação básica	Serviço social e orientação
Vida profissional	Terapia e reabilitação
Língua materna (vernáculo)	Enfermagem e atenção primária (assistência básica)
Psicologia	Psicologia
Enfermagem e atenção primária (assistência básica)	Humanidades e letras (cursos gerais)
Humanidades e letras (cursos gerais)	Artes (cursos gerais)

Homens	Homens
Proteção de pessoas e de propriedades	Proteção de pessoas e de propriedades
Engenharia mecânica e metalurgia (trabalhos com metais)	Engenharia mecânica e metalurgia (trabalhos com metais)
Eletricidade e energia	Eletricidade e energia
Serviços de segurança (cursos gerais)	Eletrônica e automação
Eletrônica e automação	Veículos a motor, construção naval e aeronáutica
Transportes e serviços (cursos gerais)	Ciência da computação
Veículos a motor, construção naval e aeronáutica	Setor militar e de defesa
Setor militar e de defesa	Física
Ciência da computação	Processamento da informação
Mineração e extração	Uso do computador

Fonte: Ministério da Educação Censo da Educação Superior. Brasília, 2011

Autonomia Econômica e Social

Gráfico 3.1 – Proporção de mulheres de 16 anos ou mais de idade, com filhas/os de 0 a 3 anos, por frequência das/os filhas/os a creche – Brasil – 2012

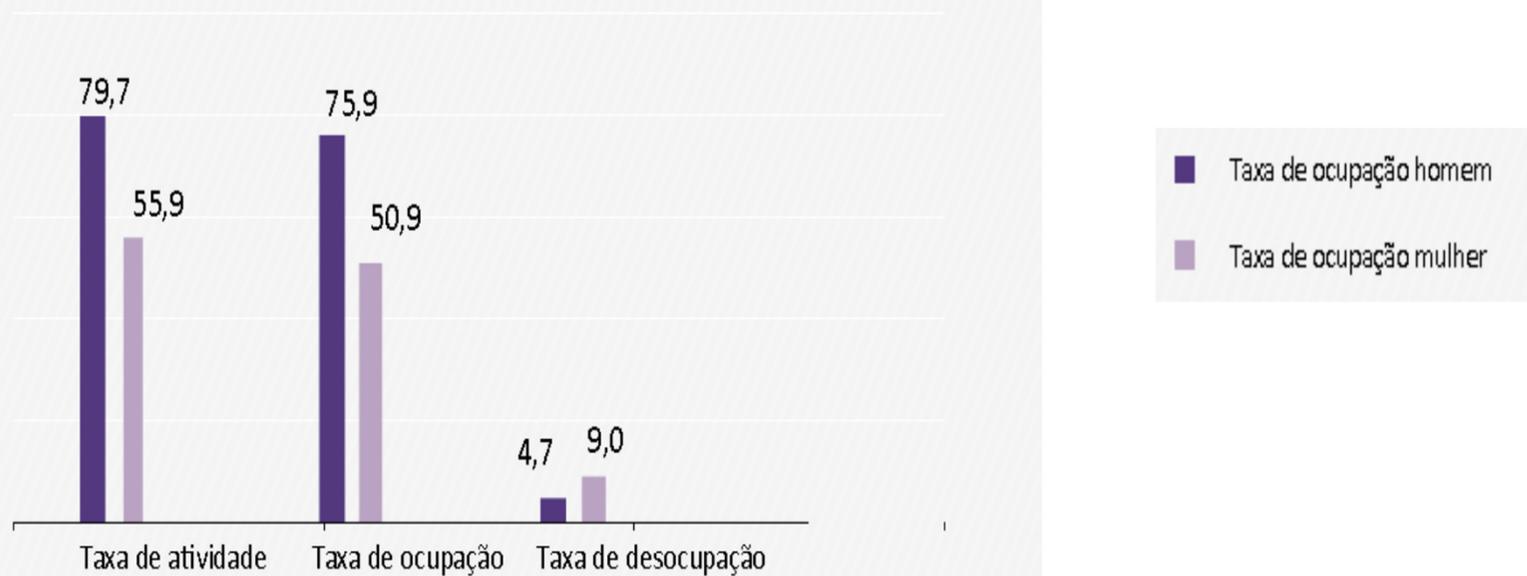


Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, 2012.

Observação: Ver tabela 3.17 do Anexo Estatístico.

GRÁFICO 1

Taxa de atividade, taxa de ocupação e taxa de desocupação das pessoas de 16 anos ou mais de idade, por sexo, Brasil - 2011



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios. Rio de Janeiro, 2011.

A PEA é formada pela parcela da [População em Idade Ativa](#) (PIA) que foram classificadas como pessoas ocupadas ou desocupadas no âmbito de uma determinada pesquisa (Censo, Pesquisa domiciliar, etc).

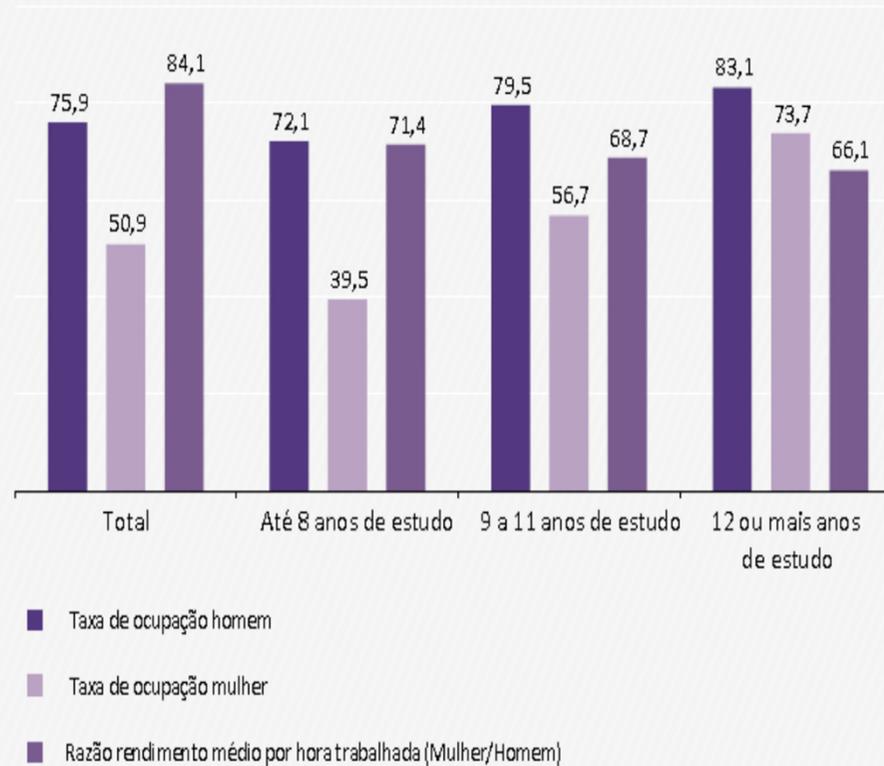
Nesse sentido "Pessoas ocupadas" são as pessoas que exerceram trabalho, remunerado ou sem remuneração, ou que tinham trabalho remunerado do qual estavam temporariamente afastadas; e "Pessoas desocupadas" são aquelas sem trabalho, mas que estavam disponíveis para assumir um trabalho e que tomaram alguma providência efetiva para conseguir trabalho.^[1]

Dessa forma têm-se que: $PEA = PO + PD$

Taxa de atividade: $PEA/PIA * 100$ (PIA – População em Idade Ativa). Taxa de ocupação: PO/PEA .

GRÁFICO 2

Taxa de ocupação das pessoas de 16 anos ou mais de idade, e razão entre o rendimento médio por hora trabalhada de mulheres em relação ao dos homens, por anos de estudo e sexo, Brasil - 2011



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios. Rio de Janeiro, 2011.

GRÁFICO 3

Distribuição percentual das pessoas de 16 anos ou mais de idade ocupadas, por grupamentos de atividade no empreendimento do trabalho principal e sexo, e razão entre o rendimento médio por hora trabalhada de mulheres em relação ao dos homens, por grupamentos de atividade no empreendimento do trabalho principal, Brasil - 2011



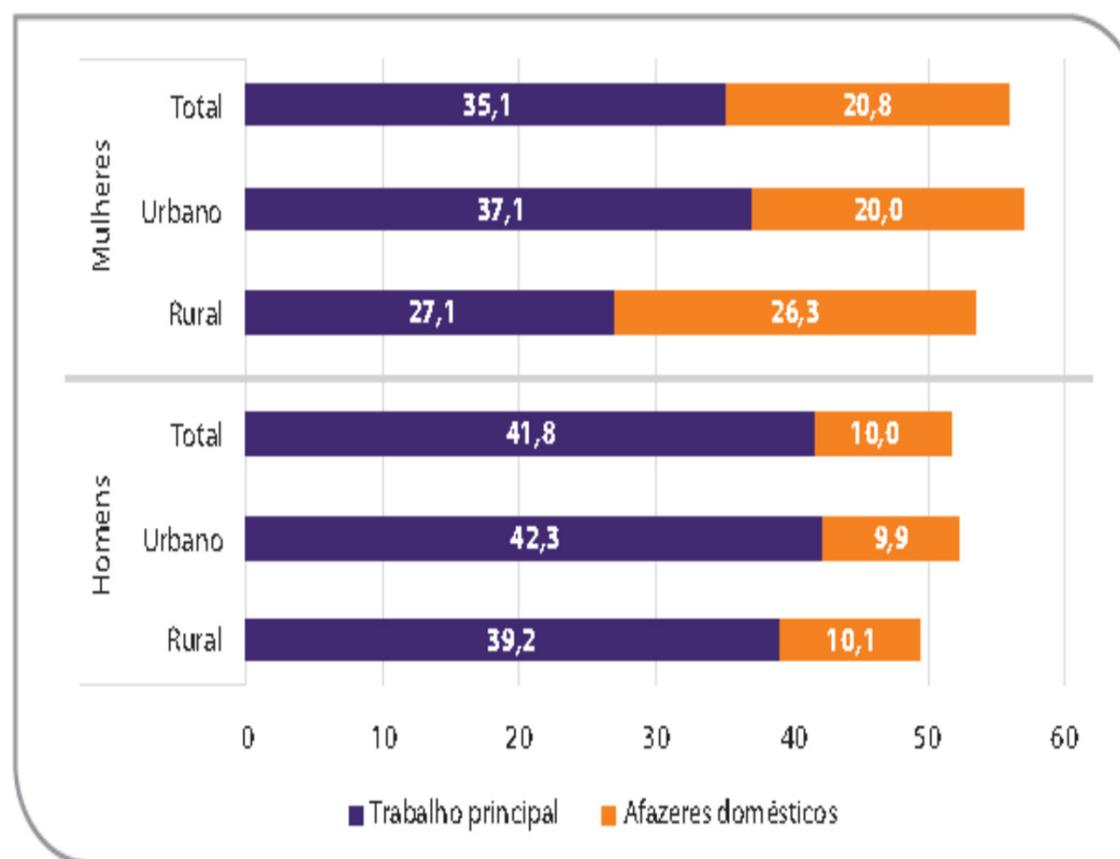
Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios. Rio de Janeiro, 2011.

Enap

Escola Nacional de
Administração Pública

Uso do tempo

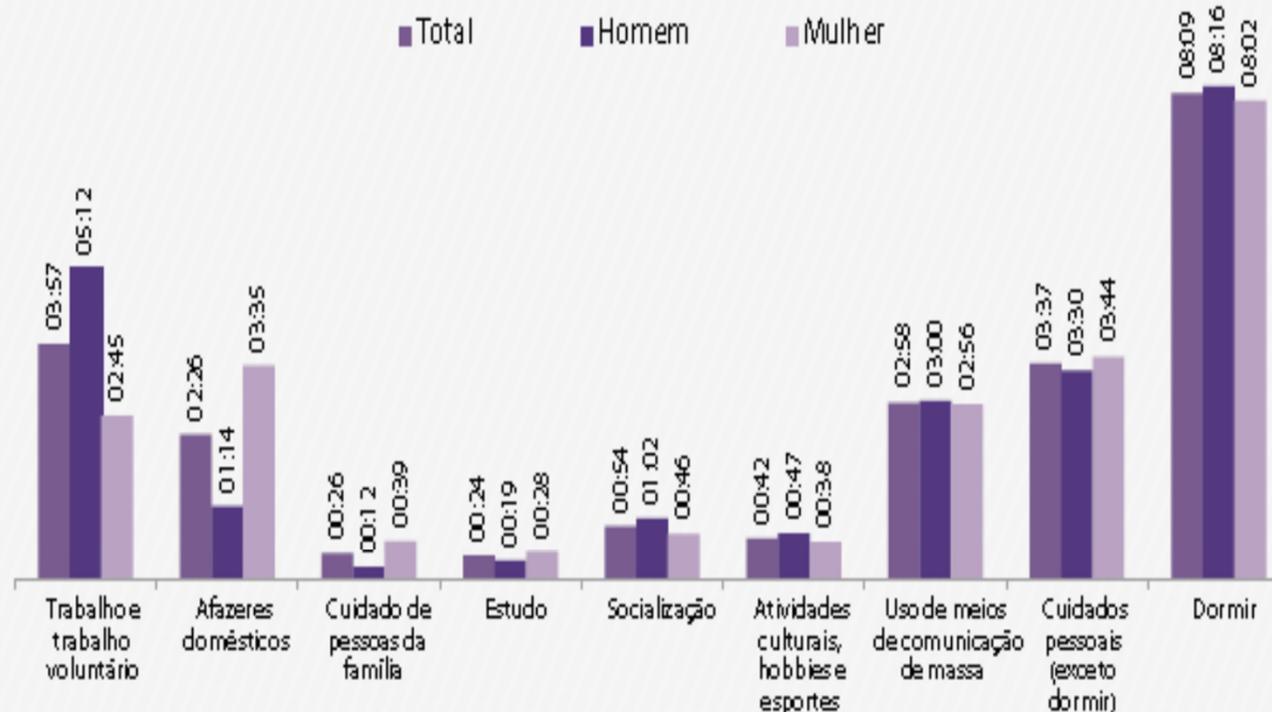
Gráfico 3.6 – Média de horas semanais trabalhadas no trabalho principal e média de horas gastas em afazeres domésticos pelas pessoas de 16 anos ou mais de idade ocupadas na semana de referência, por sexo, segundo a situação do domicílio – Brasil – 2012



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, 2012.

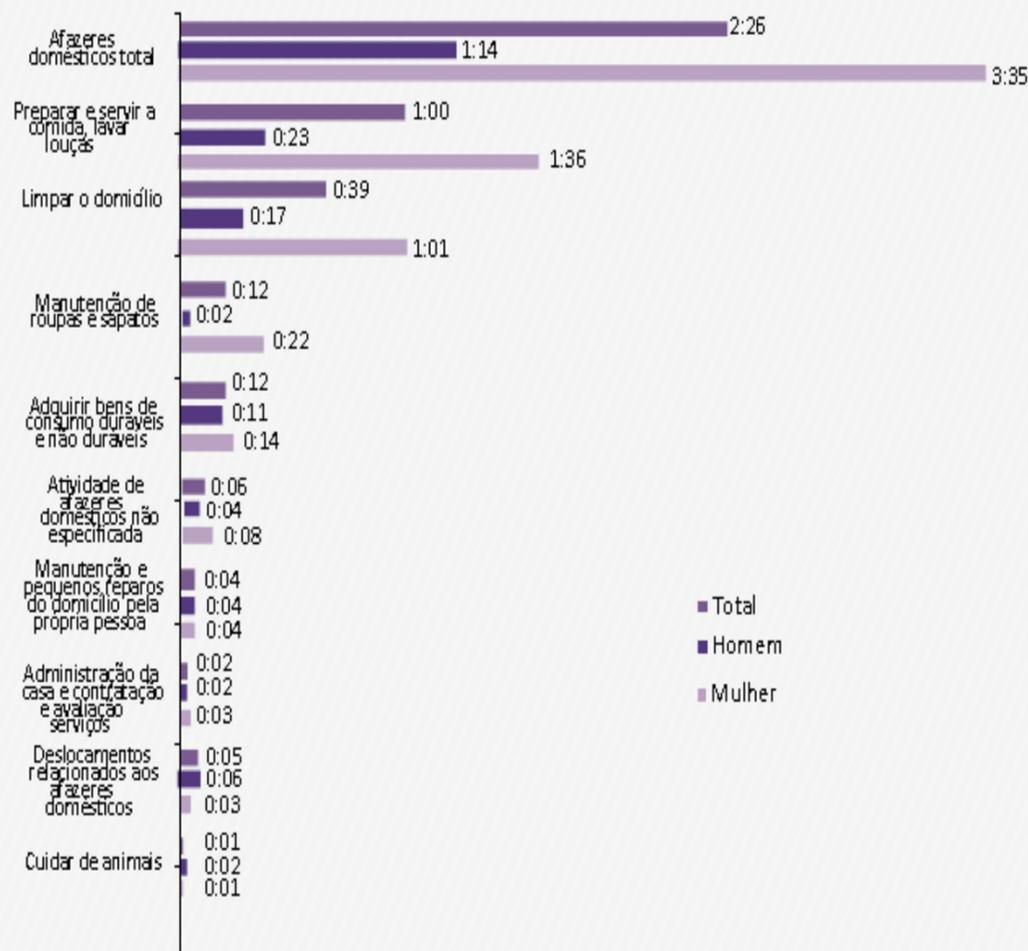
Observação: Ver tabela 3.21 do Anexo Estatístico.

Tempo médio por dia dedicado às atividades principais, das pessoas de 10 anos ou mais de idade, por sexo, segundo grupos de atividades, total - 2009 (em horas)



Fonte: IBGE, Resultados preliminares do Teste piloto da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua / Teste piloto da Pesquisa de Uso do Tempo. Rio de Janeiro, 2009. Nota: O total corresponde às 5 Unidades da Federação selecionadas: Pará, Pernambuco, Distrito Federal, São Paulo e Rio Grande do Sul

Tempo médio por dia dedicado às atividades principais de afazeres domésticos, das pessoas de 10 anos ou mais de idade, segundo os grupos desagregados de atividades, por sexo, total - 2009 (em horas)



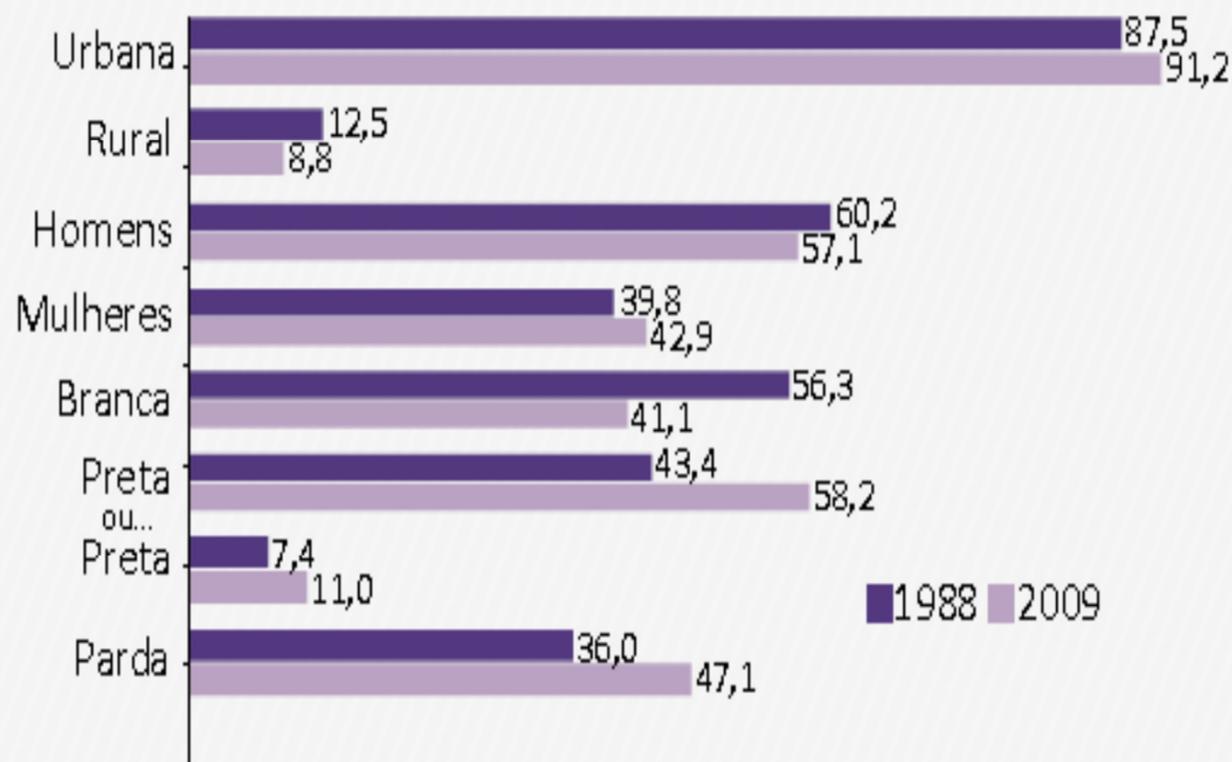
Fonte: IBGE, Resultados preliminares do Teste-piloto da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua / Teste-piloto da Pesquisa de Uso do Tempo. Rio de Janeiro, 2009. Nota: O total corresponde às 5 Unidades da Federação selecionadas: Pará, Pernambuco, Distrito Federal, São Paulo e Rio Grande do Sul. * Identifica o resultado cujo coeficiente de variação é superior a 30.

Autonomia Pessoal: Saúde e enfrentamento à violência

VIOLÊNCIA DE GÊNERO



Distribuição de pessoas que foram vítimas de agressão física, no período de referência de 365 dias, na população de 10 anos ou mais de idade, segundo a situação do domicílio, o sexo e a cor ou raça - Brasil- 1988/2009



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios. Rio de Janeiro, 1988/2009. Nota: Exclusivo as pessoas da área rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá.

Distribuição das pessoas de 10 anos ou mais de idade que foram vítimas de agressão física, no período de referência de 365 dias, por agressor da última agressão física, segundo o sexo, a cor ou raça e os grupos de idade- Brasil - 2009

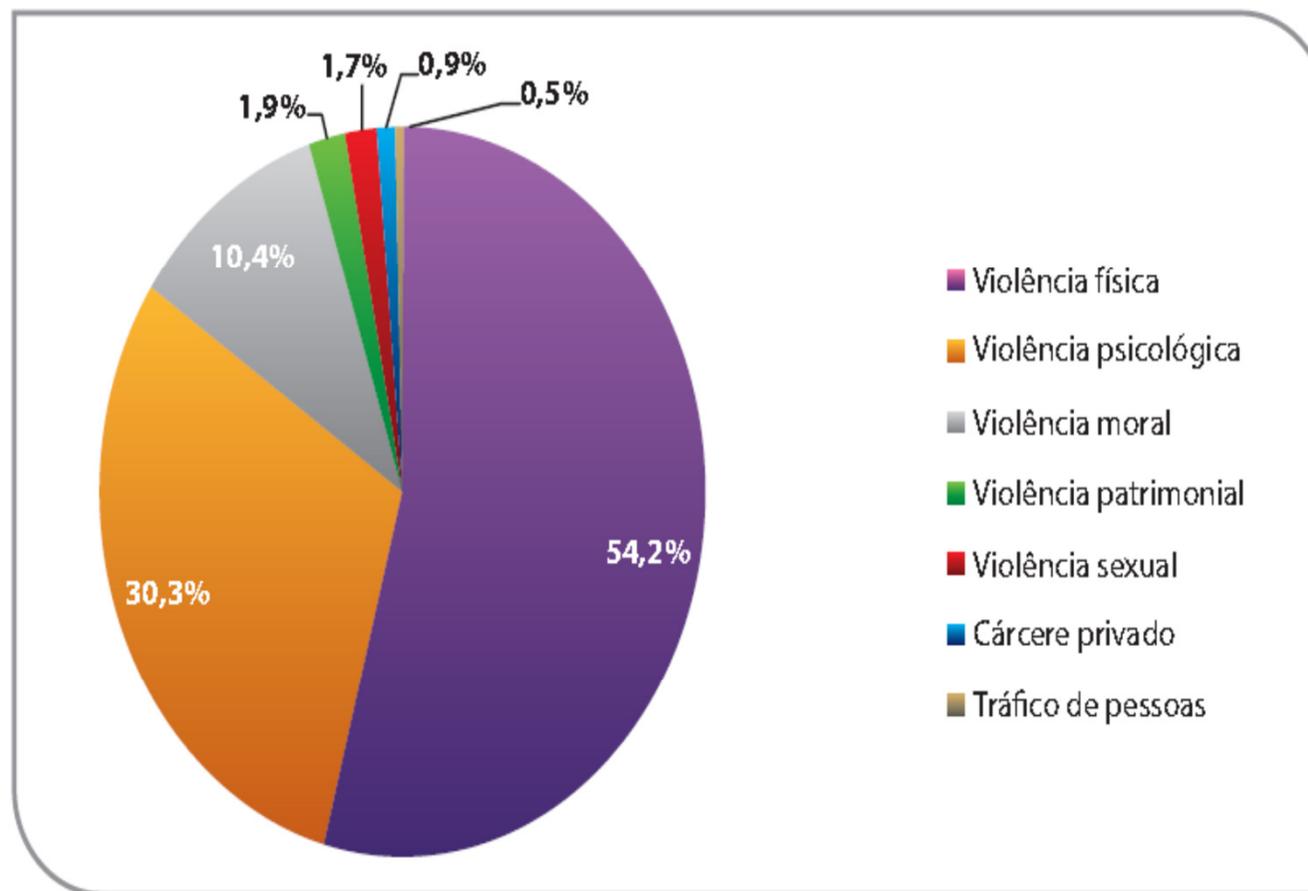
Sexo, cor ou raça e grupos de idade	Distribuição das pessoas de 10 anos ou mais de idade que foram vítimas de agressão física, no período de referência de 365 dias (%)					
	Total	Agressor na última agressão física				
		Pessoa desconhecida	Policial ou segurança privada	Cônjuge ou ex-cônjuge	Parente	Pessoa conhecida
Total (1)	100,0	39,0	4,5	12,2	8,1	36,2
Sexo						
Homens	100,0	46,4	6,7	2,0	5,6	39,3
Mulheres	100,0	29,1	1,5	25,9	11,3	32,2
Cor ou raça						
Branca	100,0	44,8	3,7	11,9	7,0	32,7
Preta ou parda	100,0	35,1	5,0	12,4	8,9	38,6
Preta	100,0	33,1	6,5	14,0	12,2	34,3
Parda	100,0	35,5	4,7	12,1	8,1	39,6
Grupos de idade						
10 a 24 anos	100,0	35,2	5,1	6,5	7,3	45,8
25 a 34 anos	100,0	38,0	4,9	19,7	7,5	29,8
35 a 39 anos	100,0	36,6	3,6	19,5	8,6	31,8
40 a 49 anos	100,0	43,1	4,6	15,6	7,8	28,9
50 anos ou mais	100,0	49,3	2,3	7,7	11,3	29,3

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios. Rio de Janeiro, 2009.

(1) Inclui as pessoas de cor ou raça amarela, indígena ou sem declaração.



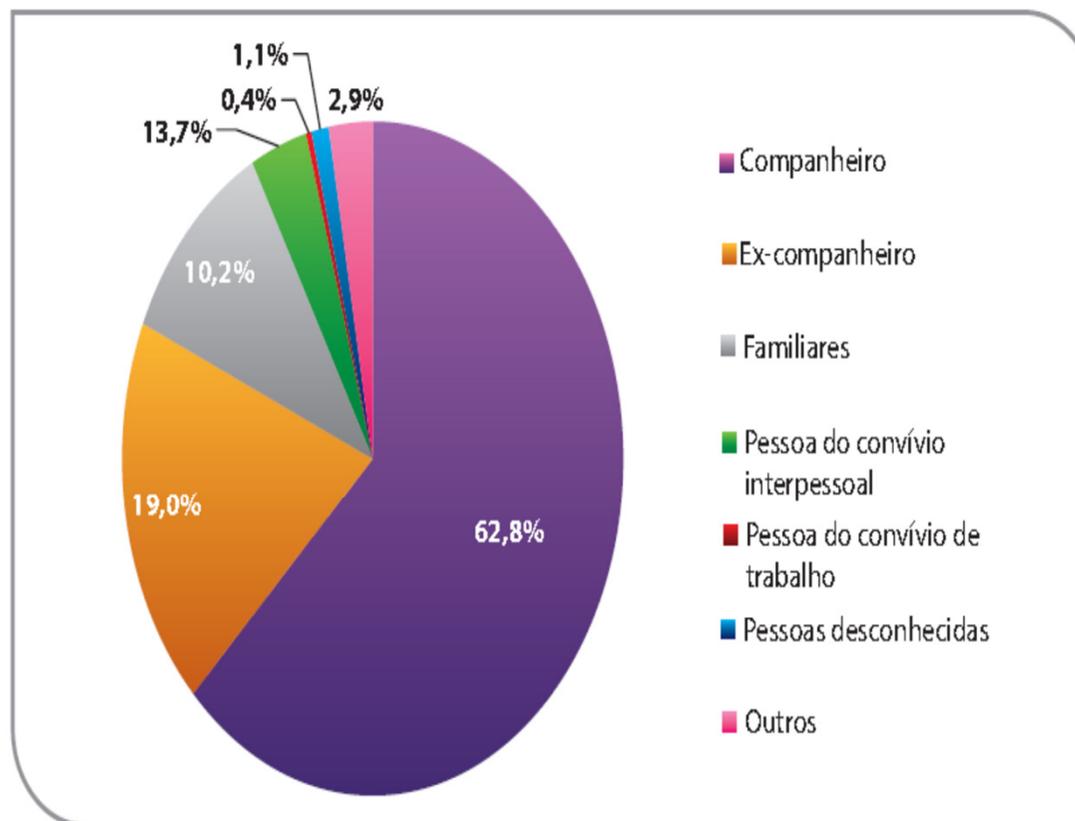
Gráfico 6.1 – Distribuição percentual dos relatos de violência contra a mulher, segundo o tipo de violência – 2013



Fonte: Central de Atendimento à Mulher – Ligue 180, 2013.

Observação: Ver tabela 6.1 do Anexo Estatístico.

Gráfico 6.2 – Distribuição percentual dos relatos de violência contra a mulher, segundo a relação do agressor com a vítima – 2013



Fonte: Central de Atendimento à Mulher – Ligue 180, 2013.

Nota: Na categoria “companheira/o” estão agregadas as demais categorias de relacionamento afetivo, como cônjuge, namorado/a e amante. Da mesma forma, na categoria “ex-companheira/o” foram agregados ex-cônjuges, ex-namoradas/os e ex-amantes. Na categoria “familiares” estão incluídas/os filho/a, enteado/a, irmã/o, parentes, pai, mãe, cunhada/o, padrasto, madrasta e sogra/o. “Pessoas de convívio interpessoal” referem-se a amiga/o, vizinha/o e conhecida/o. Já a categoria “pessoas de convívio de trabalho” inclui chefe/a e colega de trabalho.

Observação: Ver tabela 6.7 do Anexo Estatístico.

Sistêma Nacional de Informações de Gênero (SNIG)

- <http://www.ibge.gov.br/apps/snig/v1/?loc=0&cat=-2,3,4,-3,128&ind=4721>

As informações relacionadas ao tema nas pesquisas do IBGE são:

► **PNAD 1988 - Pesquisa suplementar de Participação Político-Social**

- Se vítima de agressão física nos últimos 12 meses.
- Quem foi o agressor na última ocorrência (parente, pessoa conhecida, policial, segurança privada, pessoa desconhecida, não sabe).
- Local em que ocorreu agressão.

► **PNAD 2009 - Pesquisa suplementar de Vitimização e Justiça**

- Se vítima de agressão física nos últimos 12 meses.
- Quem foi o agressor na última vez (Pessoa desconhecida, policial, segurança privada, cônjuge/ex-cônjuge, pessoa conhecida, parente, pessoa conhecida).
- Local em que ocorreu agressão.

► **PNAD – Pesquisa suplementar de Saúde - 1998 e 2003**

Não houve pergunta relativa à violência nas pesquisas suplementares.

► **2008 – Pesquisa suplementar de Saúde**

- Se vítima de agressão física nos últimos 12 meses.
- Deixou de realizar quaisquer de suas atividades habituais por causa da violência.
- Procurou algum serviço de saúde.

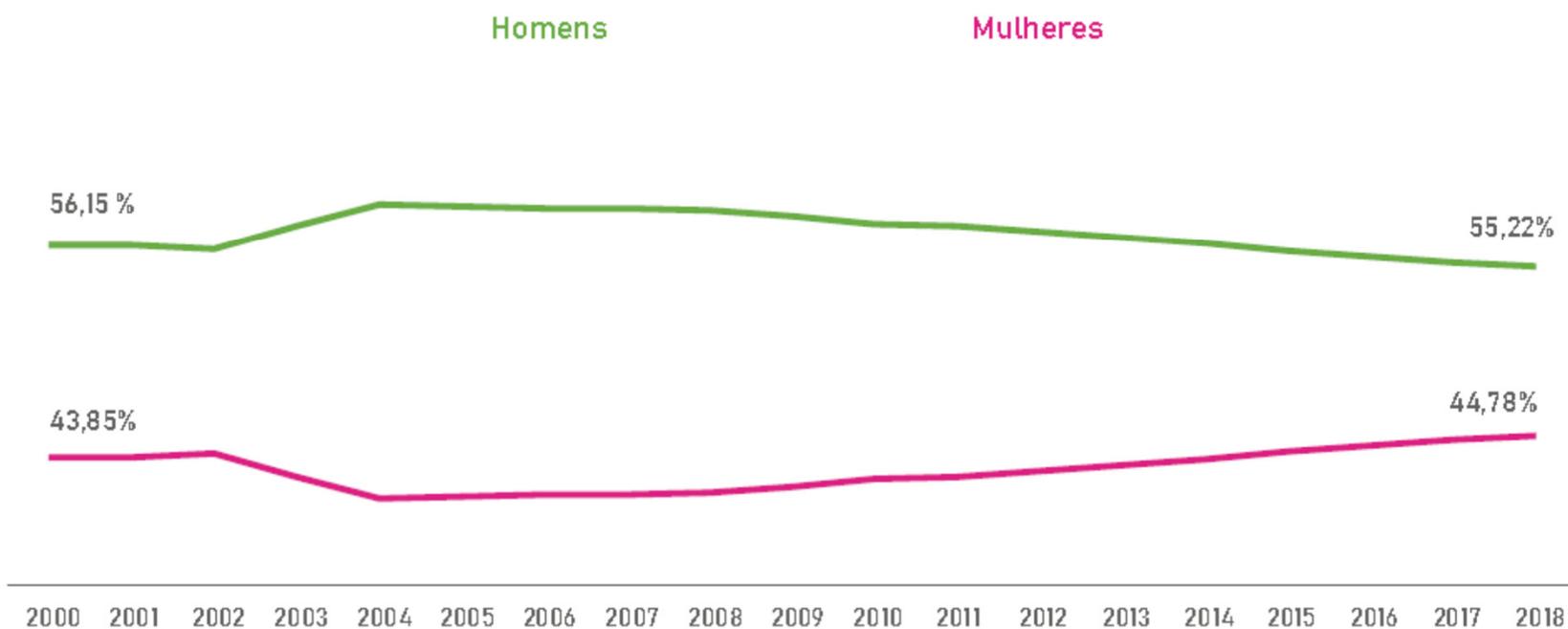
► Pesquisa Nacional de Saúde 2013

1. Vítima de alguma violência ou agressão de pessoa desconhecida, frequência da violência:
 - Tipo de violência mais grave (física, sexual, psicológica, outra).
 - Foi ameaçada/o ou ferida/o.
 - Local em que ocorreu agressão/ agressor.
2. Vítima de alguma violência ou agressão de pessoa conhecida, frequência da violência:
 - Tipo de violência mais grave.
 - Foi ameaçada/o ou ferida/o.
 - Local em que ocorreu agressão.
 - Relação com agressor (Cônjuge, companheira/o, namorada/o, ex-cônjuge, ex-companheira/o, ex-namorada/o, pai, mãe, padrasto, madrasta, filha/o, irmã/o, outro parente, amigas/os, colegas, chefias, outra pessoa conhecida).

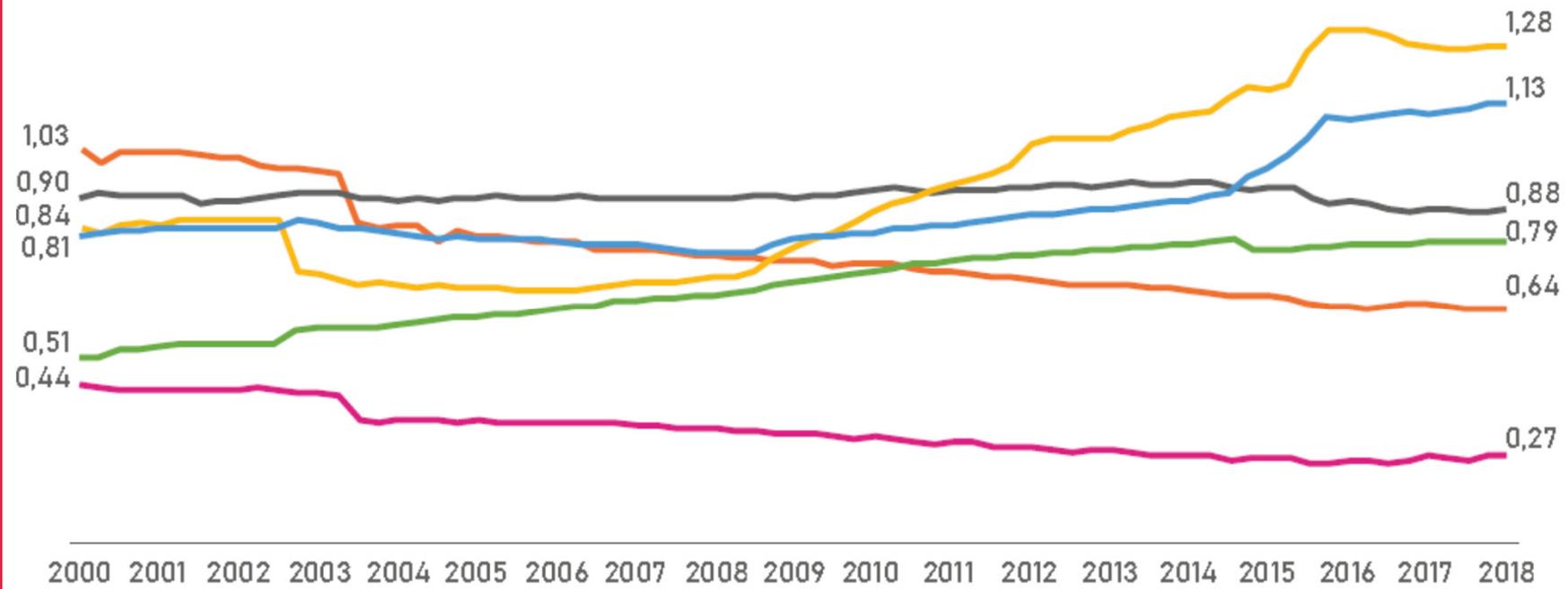
Mulheres no Setor Público

- BRASIL. Informe de Pessoal (março/2018) – Sistema Integrado de Administração de pessoal (SIAP). Enap
- www.infogov.enap.br

Evolução da razão de servidores por sexo - 2000-2018 (%)



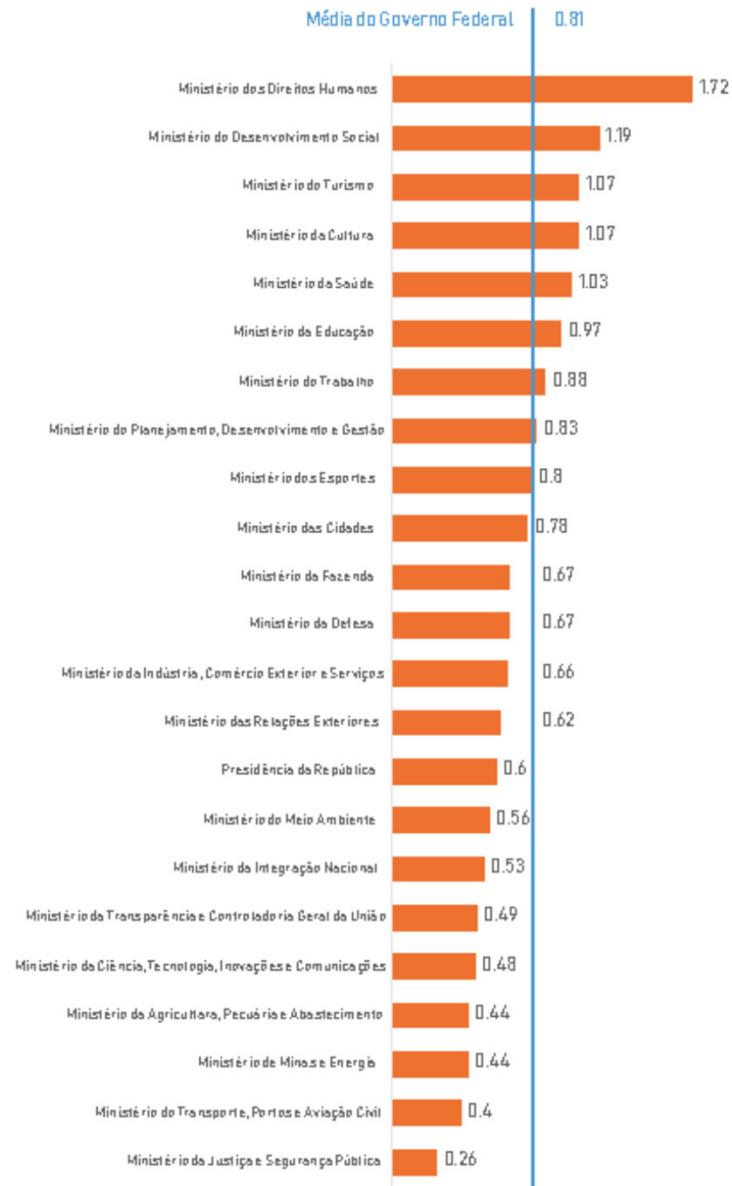
Evolução da razão de sexo por nível de escolaridade – 2000-2018



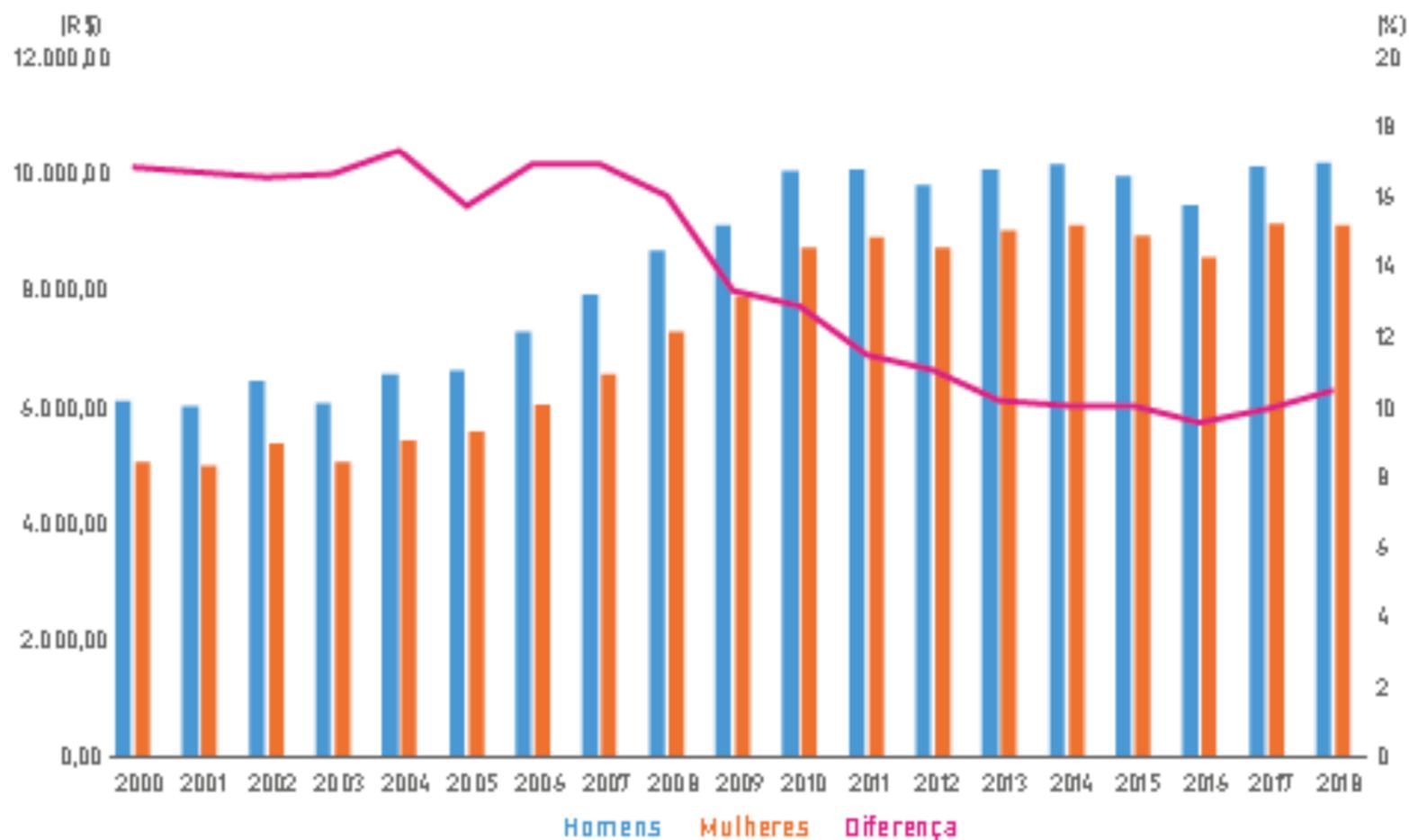
Ensino Fundamental Ensino Médio Ensino Superior Pós-Graduação Mestrado Doutorado

⁶ O indicador utilizado para se verificar o percentual de mulheres em relação aos homens ocupantes de cargos públicos chama-se razão de sexo, em que a quantidade de mulheres é dividida pela quantidade de homens em uma determinada categoria. Por exemplo, em janeiro de 2018, para cada homem com pós graduação no governo federal, havia 0,99 mulheres também com pós graduação, ou uma razão de sexo de 99%.

Razão de sexo por Ministério (Mar/2018)



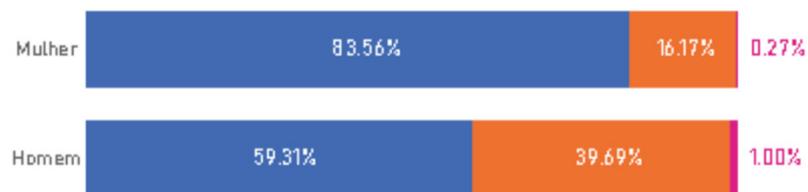
Evolução das remunerações médias e da diferença salarial das remunerações média de homens e mulheres - 2000-2018



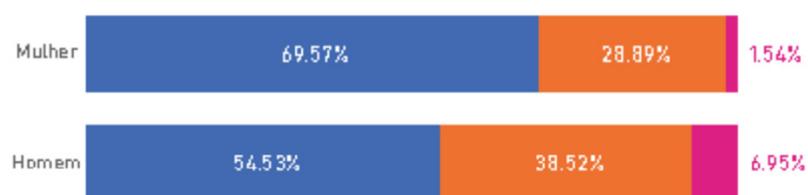
até R\$ 6 mil de R\$ 6 a 12 mil acima de 12 mil

Composição dos níveis de escolaridade por faixas salariais e por gênero (Mar/2018)

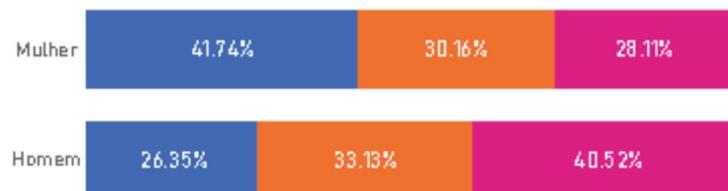
Até Ensino Fundamental



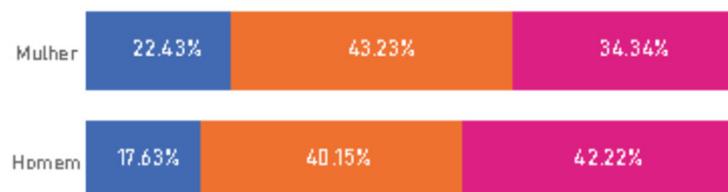
Ensino Médio



Ensino Superior



Pós-Graduação



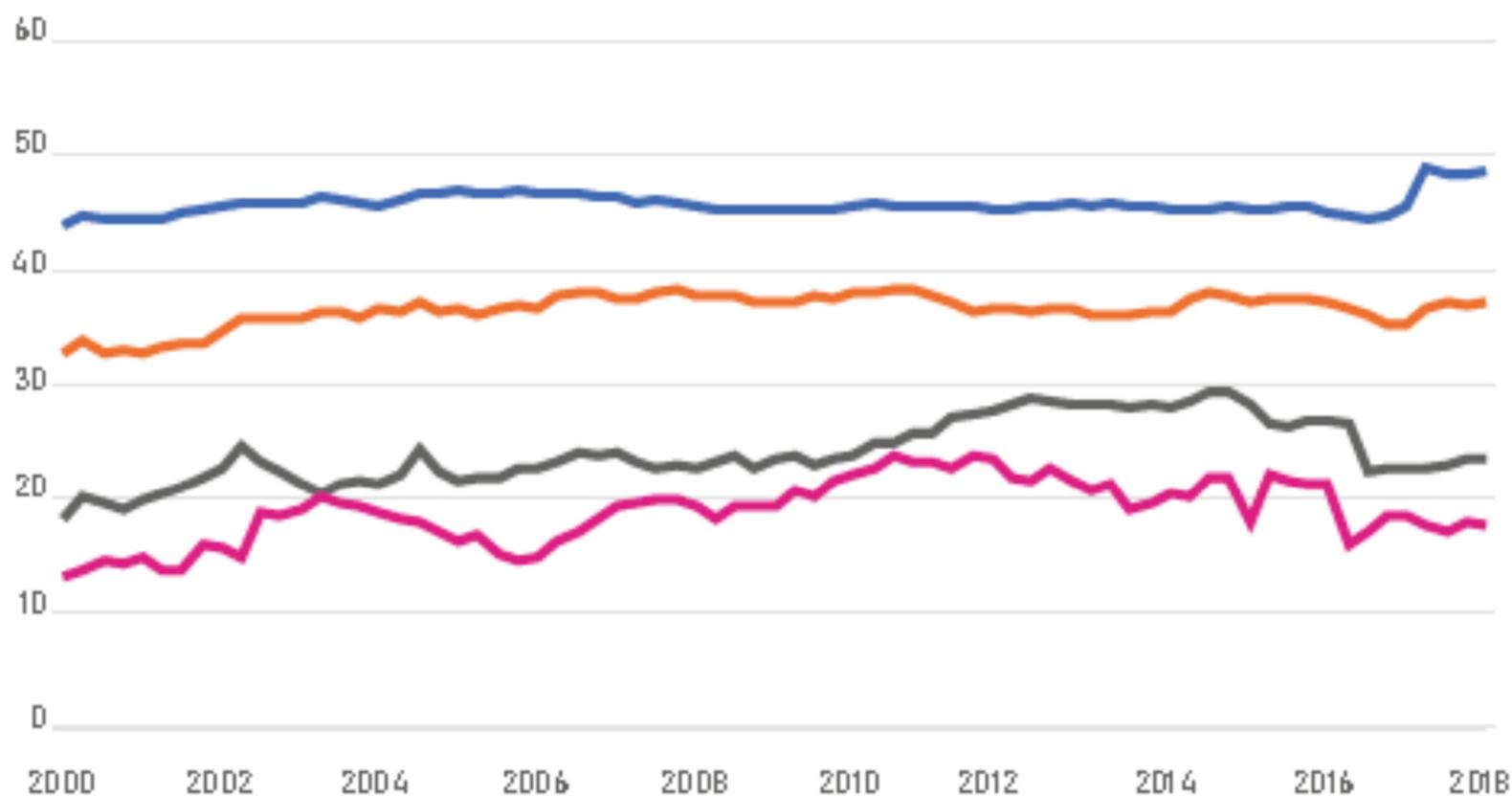
DAS 1-3

DAS 4

DAS 5

DAS 6

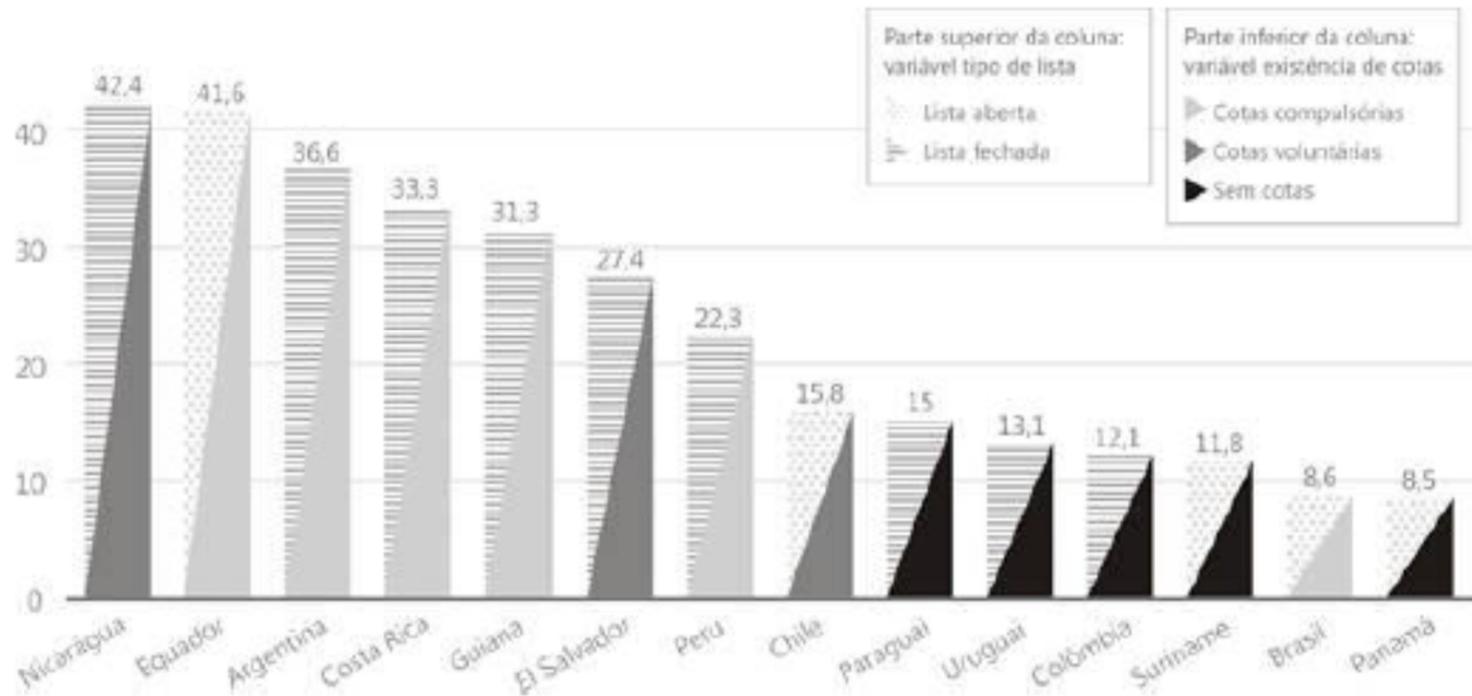
Percentual de mulheres ocupando DAS por nível - 2000-2018 (%)



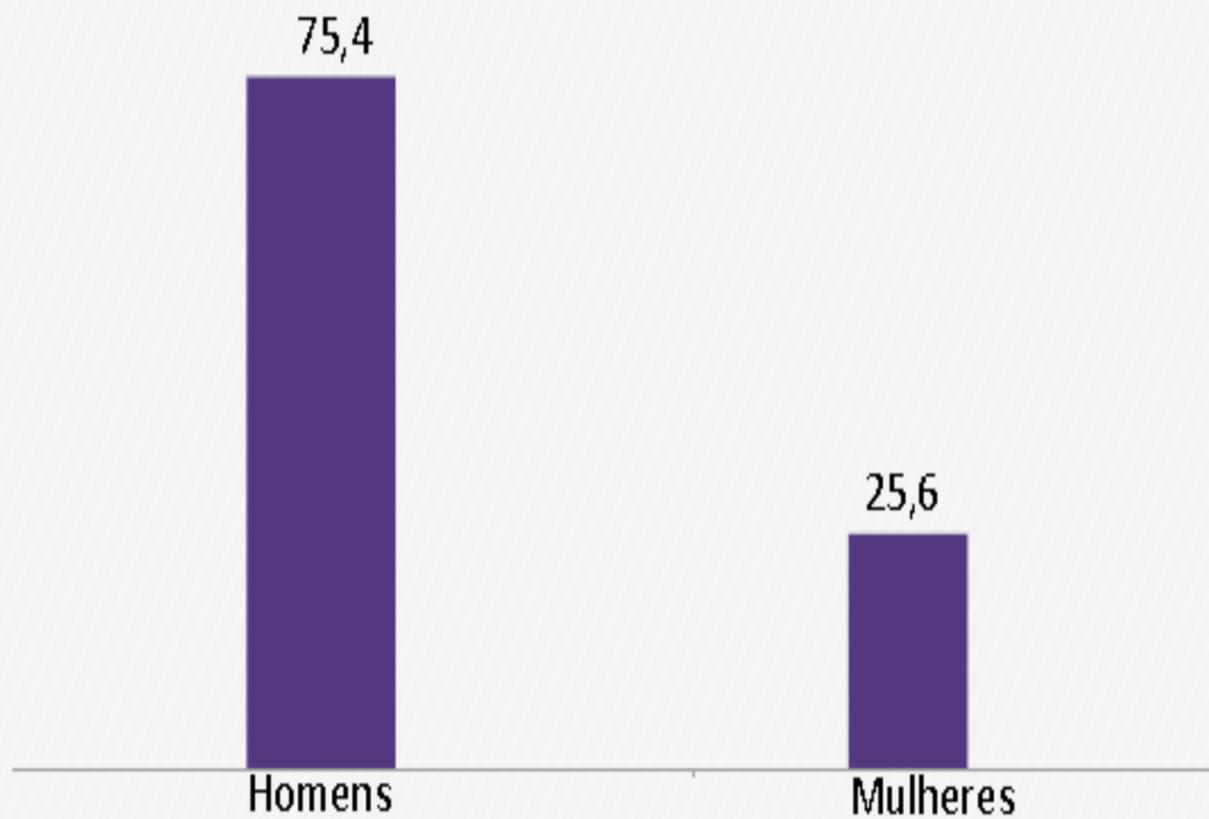
POLÍTICA É LUGAR DE MULHER?

- A segunda metade século XX e o início do século XXI - **Convenção para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher (CEDAW)**, de 1979 - suprimir todas as formas de discriminação contra a mulher na vida pública.
- **ODS 5 – “Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas”**
- **Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas**

Pesquisa SPOHR, Alexandre Piffero; MAGLIA, Cristiana; MACHADO, Gabriel and OLIVEIRA, Joana Oliveira de. **Participação Política de Mulheres na América Latina: o impacto de cotas e de lista fechada.** *Rev. Estud. Fem.* [online]. 2016, vol.24, n.2.

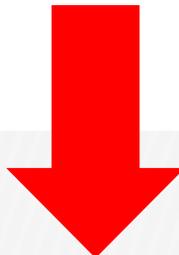


Distribuição de ministros por sexo - Brasil, 2013



Fonte: Presidência República. Brasília, 2013.

TABELA 4 - Prefeitos por sexo – Brasil 2013



Ano	Total	Total		%	
		Homem	Mulher	Homem	Mulher
2001	5.559	5.224	335	94,0	6,0
2005	5.564	5.115	449	92,0	8,1
2009	5.564	5.052	512	90,8	9,2

Fonte: IBGE, Pesquisa de Informações Municipais. Rio de Janeiro, 2001/2005/2009.

TABELA 5 - Distribuição de Ministros do Supremo Tribunal por sexo – Brasil 2013

Órgão	Ministros ativos			% Participação de Mulheres	Presidente Mulher	Institucional
	Total	Homens	Mulheres			
TSE	7	4	3	42,9	1	O Tribunal Superior Eleitoral, órgão máximo da Justiça Eleitoral, exerce papel fundamental na construção e no exercício da democracia brasileira (Lei nº 4.737, de 15.7.1965).
STJ	30	24	6	20,0	0	O Superior Tribunal de Justiça é o corte responsável por uniformizar a interpretação da lei federal em todo o Brasil, seguindo os princípios constitucionais e a garantia e defesa do Estado de Direito.
TST	25	20	5	20,0	0	O Tribunal Superior do Trabalho é órgão de cúpula da Justiça do Trabalho, cuja função precípua consiste em uniformizar a jurisprudência trabalhista brasileira (art.111 da CF)
STF	11	9	2	18,2	0	O Supremo Tribunal Federal é o órgão de cúpula do Poder Judiciário, e a ele compete, precipuamente, a guarda da Constituição (art.102 da CF)
STM	14	13	1	7,1	0	A Justiça Militar da União é justiça especializada na aplicação da lei a uma categoria especial, a dos militares federais - Marinha, Exército e Aeronáutica, julgando apenas e tão somente os crimes militares definidos em lei.
CNU	15	14	1	6,7	0	O Conselho Nacional de Justiça é uma instituição pública que visa a perfeição o trabalho do sistema judiciário brasileiro, principalmente no que diz respeito ao controle e à transparência administrativa e processual.

Fonte: TSE, Brasília; STJ, Brasília; TST, Brasília; STF, Brasília; STM, Brasília; CNU, Brasília. 2013

Women in parliament

The countries are ranked and colour-coded according to the percentage of women in unicameral parliaments or the lower house of parliament, reflecting elections/appointments up to 1 January 2017.

Rank	Country	Lower or single house		Upper house or Senate	
		% Women	Women/Seats	% Women	Women/Seats
50 to 65%					
1	Rwanda	61.3	49 / 80	38.5	10 / 26
2	Bolivia (Plurinational State of)	53.1	69 / 130	47.2	17 / 36
40 to 49.9%					
3	Cuba	48.9	299 / 612	—	— / —
4	Iceland	47.6	30 / 63	—	— / —
5	Nicaragua	45.7	42 / 92	—	— / —
6	Sweden	43.6	152 / 349	—	— / —
7	Senegal	42.7	64 / 150	—	— / —
8	Mexico	42.6	213 / 500	36.7	47 / 128
9	Finland	42.0	84 / 200	—	— / —
"	South Africa ⁽¹⁾	42.0	167 / 398	35.2	19 / 54
11	Ecuador	41.6	57 / 137	—	— / —
12	Namibia	41.3	43 / 104	23.8	10 / 42
35 to 39.9%					
13	Mozambique	39.6	99 / 250	—	— / —
"	Norway	39.6	67 / 169	—	— / —
15	Spain	39.1	137 / 350	38.0	101 / 266
16	Argentina	38.9	100 / 257	41.7	30 / 72
17	Ethiopia	38.8	212 / 547	32.0	49 / 153
18	Timor-Leste	38.5	25 / 65	—	— / —
19	Angola	38.2	84 / 220	—	— / —
20	Belgium	38.0	57 / 150	50.0	30 / 60
"	Netherlands	38.0	57 / 150	34.7	26 / 75
22	Denmark	37.4	67 / 179	—	— / —
23	Germany	37.0	233 / 630	39.1	27 / 69
24	Slovenia	36.7	33 / 90	7.5	3 / 40
25	Burundi	36.4	44 / 121	41.9	18 / 43
"	United Republic of Tanzania	36.4	143 / 393	—	— / —
27	Costa Rica	35.1	20 / 57	—	— / —

30 to 34.9%				
28	Portugal	34.8	80 / 230	— / —
29	Belarus	34.5	38 / 110	30.4 / 17 / 56
30	Serbia	34.4	86 / 250	— / —
31	Uganda	34.3	154 / 449	— / —
32	New Zealand	34.2	41 / 120	— / —
33	Grenada	33.3	5 / 15	15.4 / 2 / 13
34	Zimbabwe	32.6	88 / 270	47.5 / 38 / 80
35	Switzerland	32.5	65 / 200	15.2 / 7 / 46
36	Andorra	32.1	9 / 28	— / —
"	El Salvador	32.1	27 / 84	— / —
38	Guyana	31.9	22 / 69	— / —
39	The F.Y.R. of Macedonia	31.7	38 / 120	— / —
40	Algeria	31.6	146 / 462	7.0 / 10 / 143
41	Tunisia	31.3	68 / 217	— / —
42	Cameroon	31.1	56 / 180	20.0 / 20 / 100
43	Italy	31.0	195 / 630	28.4 / 91 / 320
"	Trinidad and Tobago	31.0	13 / 42	29.0 / 9 / 31
45	Austria	30.6	56 / 183	31.1 / 19 / 61
46	Sudan	30.5	130 / 426	35.2 / 19 / 54
47	United Kingdom	30.0	195 / 650	25.8 / 209 / 809
25 to 29.9%				
48	Nepal	29.6	176 / 595	— / —
49	Philippines	29.5	86 / 292	25.0 / 6 / 24
50	Australia	28.7	43 / 150	40.8 / 31 / 76
51	South Sudan	28.5	109 / 383	12.0 / 6 / 50
52	Luxembourg	28.3	17 / 60	— / —
53	Poland	28.0	129 / 460	14.0 / 14 / 100
54	Afghanistan	27.7	69 / 249	30.9 / 21 / 68
"	Peru	27.7	36 / 130	— / —
56	Israel	27.5	33 / 120	— / —
"	Lao People's Dem. Republic	27.5	41 / 149	— / —
58	Kazakhstan	27.1	29 / 107	6.4 / 3 / 47
59	Dominican Republic	26.8	51 / 190	9.4 / 3 / 32
60	Estonia	26.7	27 / 101	— / —
"	Viet Nam	26.7	132 / 494	— / —
62	Canada	26.3	88 / 335	43.0 / 43 / 100
63	France	25.8	149 / 577	27.3 / 95 / 348
"	Honduras	25.8	33 / 128	— / —
"	Turkmenistan	25.8	32 / 124	— / —
66	Suriname	25.5	13 / 51	— / —
67	Iraq	25.3	83 / 328	— / —
68	Mauritania	25.2	37 / 147	14.3 / 8 / 56
69	Dominica	25.0	8 / 32	— / —
"	Lesotho	25.0	30 / 120	24.2 / 8 / 33

20 to 24.9%					
71	Somalia	24.2	64 / 264	22.6	12 / 53
72	Equatorial Guinea	24.0	24 / 100	15.7	11 / 70
73	Singapore	23.8	24 / 101	—	— / —
74	China	23.7	699 / 2949	—	— / —
75	Cabo Verde	23.6	17 / 72	—	— / —
76	Montenegro	23.5	19 / 81	—	— / —
77	San Marino	23.3	14 / 60	—	— / —
78	Albania	22.9	32 / 140	—	— / —
79	Republic of Moldova	22.8	23 / 101	—	— / —
80	Ireland	22.2	35 / 158	30.0	18 / 60
"	Venezuela (Bolivarian Rep. of)	22.2	37 / 167	—	— / —
82	Eritrea	22.0	33 / 150	—	— / —
83	Guinea	21.9	25 / 114	—	— / —
84	Bosnia and Herzegovina	21.4	9 / 42	13.3	2 / 15
85	Lithuania	21.3	30 / 141	—	— / —
86	Seychelles	21.2	7 / 33	—	— / —
87	Monaco	20.8	5 / 24	—	— / —
88	Romania	20.7	68 / 329	14.7	20 / 136
89	Pakistan	20.6	70 / 340	18.3	19 / 104
90	Morocco	20.5	81 / 395	11.7	14 / 120
91	Bangladesh	20.3	71 / 350	—	— / —
"	Cambodia	20.3	25 / 123	14.8	9 / 61
93	Uruguay	20.2	20 / 99	29.0	9 / 31
94	Czechia	20.0	40 / 200	18.8	15 / 80
"	Slovakia	20.0	30 / 150	—	— / —
"	United Arab Emirates	20.0	8 / 40	—	— / —

15 to 19.9%

97	Croatia	19.9	30 / 151	—	— / —
"	Saudi Arabia	19.9	30 / 151	—	— / —
99	Indonesia	19.8	111 / 560	—	— / —
100	Kenya	19.4	68 / 350	26.5	18 / 68
101	Bulgaria	19.2	46 / 240	—	— / —
"	Kyrgyzstan	19.2	23 / 120	—	— / —
"	Madagascar	19.2	29 / 151	20.6	13 / 63
104	United States of America ⁽²⁾	19.1	83 / 435	21.0	21 / 100
105	Tajikistan	19.0	12 / 63	21.9	7 / 32
106	Colombia	18.7	31 / 166	21.6	22 / 102
107	Greece	18.3	55 / 300	—	— / —
"	Panama	18.3	13 / 71	—	— / —
109	Sao Tome and Principe	18.2	10 / 55	—	— / —
110	Zambia	18.0	30 / 167	—	— / —
111	Cyprus	17.9	10 / 56	—	— / —
112	Togo	17.6	16 / 91	—	— / —
113	Jamaica	17.5	11 / 63	23.8	5 / 21
114	Gabon	17.1	20 / 117	17.6	18 / 102
"	Mongolia	17.1	13 / 76	—	— / —
116	Niger	17.0	29 / 171	—	— / —
"	Republic of Korea	17.0	51 / 300	—	— / —
118	Azerbaijan	16.8	21 / 125	—	— / —
119	Barbados	16.7	5 / 30	23.8	5 / 21
"	Malawi	16.7	32 / 192	—	— / —
"	Saint Lucia	16.7	3 / 18	27.3	3 / 11
122	Dem. People's Rep. of Korea	16.3	112 / 687	—	— / —
123	Fiji	16.0	8 / 50	—	— / —
"	Georgia	16.0	24 / 150	—	— / —
"	Latvia	16.0	16 / 100	—	— / —
"	Libya	16.0	30 / 188	—	— / —
"	Uzbekistan	16.0	24 / 150	17.0	17 / 100
128	Chile	15.8	19 / 120	15.8	6 / 38
"	Russian Federation	15.8	71 / 450	17.1	29 / 170
130	Jordan	15.4	20 / 130	15.4	10 / 65

10 to 14.9%

131	Egypt	14.9	89 / 596	—	— / —
"	Turkey	14.9	82 / 550	—	— / —
133	Paraguay	13.8	11 / 80	20.0	9 / 45
134	Guinea-Bissau	13.7	14 / 102	—	— / —
135	Saint Kitts and Nevis	13.3	2 / 15	—	— / —
136	Bahamas	13.2	5 / 38	25.0	4 / 16
"	Syrian Arab Republic	13.2	33 / 250	—	— / —
138	Saint Vincent and the Grenadines	13.0	3 / 23	—	— / —
139	Chad	12.8	24 / 188	—	— / —
"	Ghana	12.7	35 / 275	—	— / —
"	Guatemala	12.7	20 / 158	—	— / —
142	Malta	12.5	7 / 72	—	— / —
"	Palau	12.5	2 / 16	15.4	2 / 13
144	Sierra Leone	12.4	15 / 121	—	— / —
145	Liberia	12.3	9 / 73	10.0	3 / 30
"	Ukraine	12.3	52 / 423	—	— / —
147	Liechtenstein	12.0	3 / 25	—	— / —
148	India	11.8	64 / 542	11.0	27 / 245
149	Mauritius	11.6	8 / 69	—	— / —
150	Côte d'Ivoire	11.5	29 / 253	—	— / —
151	Antigua and Barbuda	11.1	2 / 18	29.4	5 / 17
152	Burkina Faso	11.0	14 / 127	—	— / —
153	Djibouti	10.8	7 / 65	—	— / —
154	Brazil	10.7	55 / 513	14.8	12 / 81
155	Nauru	10.5	2 / 19	—	— / —
156	Malaysia	10.4	23 / 222	22.1	15 / 68
157	Myanmar	10.2	44 / 433	10.4	23 / 221
158	Hungary	10.1	20 / 199	—	— / —
159	Samoa	10.0	5 / 50	—	— / —

5 to 9.9%					
160	Armenia	9.9	13 / 131	—	— / —
161	Botswana	9.5	6 / 63	—	— / —
162	Gambia	9.4	5 / 53	—	— / —
163	Japan	9.3	44 / 475	20.7	50 / 242
164	Brunei Darussalam	9.1	3 / 33	—	— / —
"	Marshall Islands	9.1	3 / 33	—	— / —
166	Dem. Republic of the Congo	8.9	44 / 492	4.6	5 / 108
167	Mali	8.8	13 / 147	—	— / —
168	Central African Republic	8.6	12 / 140	—	— / —
169	Bhutan	8.5	4 / 47	8.0	2 / 25
170	Bahrain	7.5	3 / 40	22.5	9 / 40
171	Congo	7.4	10 / 136	19.4	14 / 72
172	Benin	7.2	6 / 83	—	— / —
173	Tuvalu	6.7	1 / 15	—	— / —
174	Kiribati	6.5	3 / 46	—	— / —
175	Swaziland	6.2	4 / 65	33.3	10 / 30
176	Comoros	6.1	2 / 33	—	— / —
177	Iran (Islamic Republic of)	5.9	17 / 289	—	— / —
"	Maldives	5.9	5 / 85	—	— / —
179	Sri Lanka	5.8	13 / 225	—	— / —
180	Nigeria	5.6	20 / 360	6.5	7 / 108
0.1 to 4.9%					
181	Thailand	4.9	12 / 247	—	— / —
182	Tonga	3.8	1 / 26	—	— / —
183	Belize	3.1	1 / 32	30.8	4 / 13
"	Kuwait	3.1	2 / 65	—	— / —
"	Lebanon	3.1	4 / 128	—	— / —
186	Papua New Guinea	2.7	3 / 111	—	— / —
187	Haiti	2.6	3 / 117	0.0	0 / 22
188	Solomon Islands	2.0	1 / 50	—	— / —
189	Oman	1.2	1 / 85	16.5	14 / 85
0%					
190	Micronesia (Federated States of)	0.0	0 / 14	—	— / —
"	Qatar	0.0	0 / 35	—	— / —
"	Vanuatu	0.0	0 / 52	—	— / —
"	Yemen	0.0	0 / 275	1.8	2 / 111

Participação feminina

Cargos disputados X Cargos ocupados

Ranking	Estado	Cargos disputados	Cargos ocupados	Total de cargos eletivos (%)	Ocupação cargos Mulheres (%)	EB/AN
1º	Rio Grande do Norte	1.907	76	1.942	3,97	20,45
2º	Araguaá	106	34	233	45	20,41
3º	Distrito Federal	34	34	34	6	17,61
4º	Morumbá	2.588	62	2.650	42	17,43
5º	Caxari	2.366	70	2.436	290	16,05
6º	Paul	2.237	42	2.279	205	16,01
7º	Nacarina	1.428	34	1.422	225	15,96
8º	Sergipe	87	34	105	143	15,88
9º	Rio Grande do Sul	5.254	88	5.444	828	15,39
10º	Roraima	168	34	202	37	15,35
11º	Algaraz	1.136	38	1.274	182	14,81
12º	Parabá	2.426	50	2.476	340	13,97
13º	Pará	1.818	60	1.878	208	13,83
14º	Acre	231	34	265	38	13,81
15º	Matá Branca	2.544	34	2.578	205	13,81
16º	Serra Catarina	1.162	58	1.220	420	12,81
17º	Matá Grossa do Sul	304	34	338	128	12,81
18º	Costa	2.714	60	2.774	258	12,81
19º	Araxatona	760	34	794	799	10,81
20º	Pernambuco	2.288	76	2.364	291	12,46
21º	Bahia	3.866	134	4.000	627	15,81
22º	São Paulo	1.530	166	1.696	340	12,15
23º	Paraná	4.293	86	4.379	519	13,71
24º	Roraima	179	34	213	65	13,71
25º	Minas Gerais	3.277	132	3.409	501	14,69
26º	Rio de Janeiro	1.267	118	1.385	138	9,39
27º	Distrito Federal	818	42	860	87	9,39

Cargos eletivos ocupados por mulheres

Após eleições de 2014 e 2016

Unidade da Federação	Secretaria	N	Emprego	Porcentagem	N	Emprego	Porcentagem	N	Emprego	Porcentagem
AC	—	—	1	10,0	4	100	100	—	—	—
AL	—	—	1	10,0	133	107	80,5	—	—	—
AM	—	—	3	30,0	8	26,7	88,9	—	—	—
AN	—	—	1	10,0	1	100	100	—	—	—
AP	—	—	2	20,0	1	50,0	50,0	—	—	—
BA	—	—	2	20,0	7	35,0	70,0	—	—	—
CE	—	—	2	20,0	1	50,0	50,0	—	—	—
DF	—	—	1	10,0	1	100	100	—	—	—
ES	—	—	4	40,0	76	52	65,0	—	—	—
GO	—	—	1	10,0	1	100	100	—	—	—
MA	—	—	1	10,0	6	60,0	60,0	—	—	—
MG	—	—	1	10,0	6	60,0	60,0	—	—	—
MS	—	—	1	10,0	3	30,0	30,0	—	—	—
MT	—	—	1	10,0	1	100	100	—	—	—
PA	—	—	3	30,0	5	16,7	55,6	—	—	—
PB	—	—	1	10,0	1	100	100	—	—	—
PE	—	—	1	10,0	1	100	100	—	—	—
PI	—	—	1	10,0	1	100	100	—	—	—
PR	—	—	1	10,0	1	100	100	—	—	—
RR	—	—	1	10,0	1	100	100	—	—	—
RN	—	—	1	10,0	1	100	100	—	—	—
RO	—	—	1	10,0	1	100	100	—	—	—
RS	—	—	1	10,0	1	100	100	—	—	—
SC	—	—	1	10,0	1	100	100	—	—	—
SE	—	—	1	10,0	1	100	100	—	—	—
SP	—	—	1	10,0	1	100	100	—	—	—
TO	—	—	1	10,0	1	100	100	—	—	—
Total	—	—	52	520,0	91	100	100,0	17,9	—	—

Mulheres nas secretarias estaduais: titulares

Número de secretarias estaduais, janeiro 2016

Unidade da Federação	Secretarias estaduais	Número de secretarias ocupadas por mulheres (%)
AC	23	24,4
AL	10	10,0
AM	26	23,1
AN	1	100
AP	2	50,0
BA	24	16,7
CE	25	12,0
DF	11	27,3
ES	26	19,2
GO	10	10,0
MA	11	9,1
MG	10	10,0
MS	10	10,0
MT	10	10,0
PA	10	10,0
PB	10	10,0
PE	11	18,2
PI	11	18,2
PR	11	18,2
RR	11	18,2
RN	11	18,2
RO	11	18,2
RS	11	18,2
SC	11	18,2
SE	11	18,2
SP	11	18,2
TO	11	18,2

Mulheres na direção das agências reguladoras

Agência	Total	Dirigentes
Agência Nacional de Aquicultura	1	1
Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC)	1	1
Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL)	1	1
Agência Nacional de Fiscalização de Alimentos, Medicamentos e Produtos (ANVISA)	1	1
Agência Nacional de Infraestrutura de Transportes (ANTP)	1	1
Agência Nacional de Meio Ambiente (ANM)	1	1
Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP)	1	1
Agência Nacional de Saúde (ANS)	1	1
Agência Nacional de Supervisão de Serviços (ANS)	1	1
Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL)	1	1
Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT)	1	1
Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA)	1	1

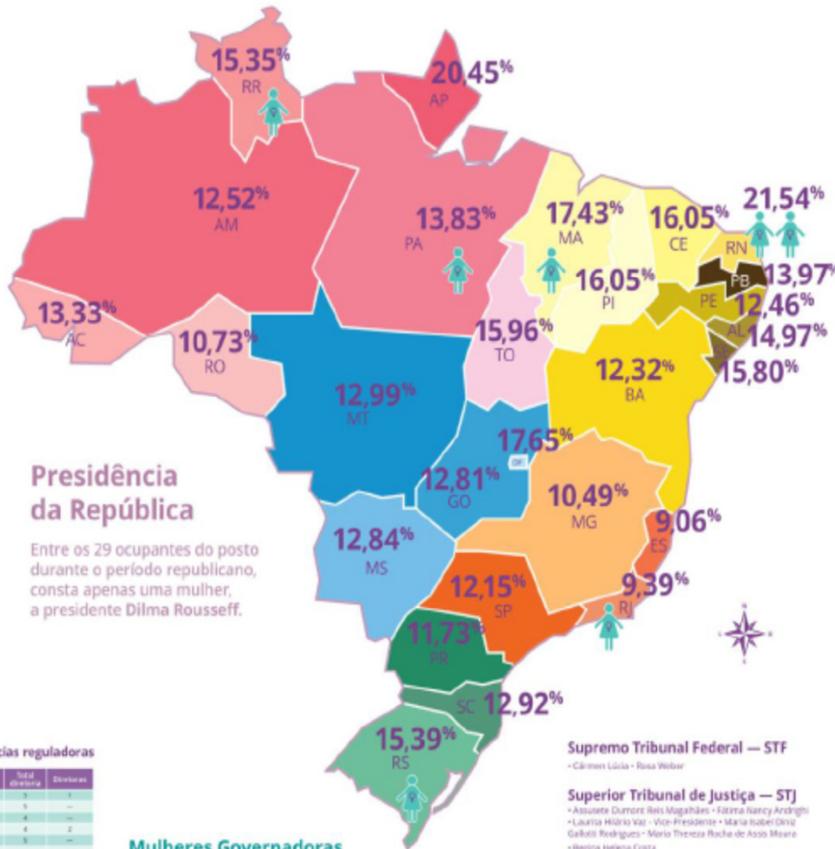
Mulheres nas direções partidárias

Total de 35 partidos

Partido	Nome	Ano de eleição
PSDB	Patrícia Galvão de Sá	2006
PMN	Patrícia Galvão de Sá	2006
PMN	Patrícia Galvão de Sá	2006

Mapa Mulheres na Política 2016

Participação feminina com relação ao total de cargos eletivos



Presidência da República

Entre os 29 ocupantes do posto durante o período republicano, consta apenas uma mulher, a presidente Dilma Rousseff.

Supremo Tribunal Federal — STF

• Cármen Lúcia • Rosa Weber

Superior Tribunal de Justiça — STJ

• Assusete Duroso Reis Magalhães • Patrícia Nancy Andringhi • Luciana Halkin Vaz • Vívio-Presidente • Maria Isabel Diniz Galvão Rodrigues • Maria Theresca Rocha de Azeite Mota • Regina Helena Costa

Tribunal Superior do Trabalho — TST

• Maria Cristina Peduzzi • Maria de Assis Cabral • Dora Maria da Costa • Kátia Magalhães Arruda • Delaide Alves Miranda Arantes • Maria Helena Malsbans

Tribunal Superior Eleitoral — TSE

• Luciana Christina Guimarães Lodi • Rosa Maria Weber

Superior Tribunal Militar — STM

• Maria Elizabeth Guimarães Teixeira Rocha

Mulheres nos ministérios: titulares

Nome	Ministério	Período
Governos do presidente Michel Temer		
Geane Mendonça	Agricultura, Pecuária e Desenvolvimento	05/01/16 - atual
Governos do presidente Dilma Rousseff		
Rosângela Teixeira	Agricultura, Pecuária e Desenvolvimento	06/20/10 a 05/03/14
Edizete Teixeira	Assistência Social	06/20/10 a 05/03/14
Elisângela Diniz	Sacramento de Políticas de Promoção da Igualdade Social/Mulheres, Igualdade Social e Direitos Humanos	05/03/14 a 05/03/14
Vanessa Campello	Desenvolvimento Social e Combate à Fome	05/03/14 a 05/03/14
Áurea de Holanda	Salvador	05/03/14 a 05/03/14
Eleonora Mendonça	Secretaria de Políticas para as Mulheres	05/03/14 a 05/03/14
Edizete Teixeira	Casa Civil	06/20/10 a 05/03/14
Helena Chagas	Secretaria de Comunicação Social	05/03/14 a 04/20/14
Luiz Eduardo	Política e Administração/Políticas Institucionais/Ministério Público	05/03/14 a 04/20/14
Vivian Lopes	Secretaria de Políticas para as Mulheres	05/03/14 a 02/02/14
Lúcia Helena	Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Social	05/03/14 a 05/03/14
Maria de Lourdes	Ordem Financeira	05/03/14 a 04/20/14
Marta Suplicy	Turismo	04/20/14 a 04/20/14
Mônica Belchior	Planejamento	04/20/14 a 04/20/14
Governos do presidente Luiz Inácio Lula da Silva		
Renata de Azevedo	Assistência Social	01/01/03 a 01/01/04
Cláudia Rousseff	Mulher e Energia/Casa Civil	01/01/03 a 01/01/04
Elisângela Diniz	Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres	01/01/03 a 01/01/04
Elisângela Diniz	Casa Civil	01/01/03 a 01/01/04
Marta Suplicy	Mulher e Trabalho	01/01/03 a 01/01/04
Marta Suplicy	Desenvolvimento Social e Combate à Fome	01/01/03 a 01/01/04
Marta Suplicy	Mulher e Trabalho	01/01/03 a 01/01/04
Marta Suplicy	Turismo	01/01/03 a 01/01/04
Marta Suplicy	Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Social	01/01/03 a 01/01/04
Nilda Faria	Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres	01/01/03 a 01/01/04
Governos do presidente Fernando Henrique Cardoso		
Elisângela Diniz	Política e Comunicação Social	01/01/01 a 01/01/02
Cláudia Costa	Administração Pública e Reforma do Estado/Secretaria de Gestão de Administração e Patrimônio	01/01/01 a 01/01/02
Governos do presidente Itamar Franco		
Leonor Diniz	Secretaria de Políticas para as Mulheres	01/01/00 a 01/01/01
Nela Cruzes	Secretaria de Planejamento, Organizações e Coordenação	01/01/00 a 01/01/01
Silvia Brandão	Secretaria de Administração Pública	01/01/00 a 01/01/01
Elisângela Diniz	Transportes	01/01/00 a 01/01/01
Governos do presidente Fernando Collor		
Margarida Prado	Agricultura	02/19/90 a 01/01/91
Governos do presidente Collor		
Elisângela Diniz	Economia, Fazenda e Planejamento	01/01/90 a 01/01/91
Governos do presidente José Sarney		
Elisângela Diniz	Educação	01/01/85 a 01/01/86

Cargos Eleitorais ocupados por Mulheres e Mapa da Violência: rankings

Unidade da Federação	Ranking de violência	Ranking de participação	País	Ranking de participação	Ranking de violência
Acre	7	10	El Salvador	1	20
Alagoas	2	21	Colômbia	2	10
Alagoas	2	21	Costa Rica	3	10
Alagoas	2	21	Guatemala	4	10
Alagoas	2	21	Haiti	5	10
Alagoas	2	21	Paraguai	6	10
Alagoas	2	21	Peru	7	10
Alagoas	2	21	Uruguai	8	10
Alagoas	2	21	Venezuela	9	10
Alagoas	2	21	Brasil	10	10
Alagoas	2	21	Argentina	11	10
Alagoas	2	21	Bolívia	12	10
Alagoas	2	21	Chile	13	10
Alagoas	2	21	Equador	14	10
Alagoas	2	21	El Salvador	15	10
Alagoas	2	21	Guatemala	16	10
Alagoas	2	21	Haiti	17	10
Alagoas	2	21	Paraguai	18	10
Alagoas	2	21	Peru	19	10
Alagoas	2	21	Uruguai	20	10
Alagoas	2	21	Venezuela	21	10
Alagoas	2	21	Brasil	22	10
Alagoas	2	21	Argentina	23	10
Alagoas	2	21	Bolívia	24	10
Alagoas	2	21	Chile	25	10
Alagoas	2	21	Equador	26	10
Alagoas	2	21	El Salvador	27	10
Alagoas	2	21	Guatemala	28	10
Alagoas	2	21	Haiti	29	10
Alagoas	2	21	Paraguai	30	10
Alagoas	2	21	Peru	31	10
Alagoas	2	2			

Democracia Paritária

- Parlamento Latino-americano (**Parlatino**), em conjunto com a **ONU Mulheres** e o **Fórum Nacional de Mulheres de Partidos Políticos (FONAMUPP)**, realizou o “Encontro Parlamentar: Mulheres, Democracia Paritária”, do qual resultou a adoção pela **Assembleia Geral do Parlatino, em 28 de novembro de 2015**, da “Norma marco para consolidar a democracia paritária”.
- O conceito de **democracia paritária** transcende o meramente político, ao situar o sistema democrático no quadro das transformações de diversas naturezas necessárias para o alcance da **igualdade substantiva entre homens e mulheres**.
- A discussão sobre a representação política das mulheres é ainda compreendida a partir de um enfoque estratégico e integral, o qual envolve **mais mulheres na tomada de decisões; mais políticas públicas e investimento para garantir a conciliação e corresponsabilidade entre homens e mulheres; plena autonomia econômica das mulheres; proteção e garantia da liberdade das mulheres; mulheres livres de violência; além de um Estado inclusivo e responsável com a igualdade substantiva**.

**MAIS MULHERES NA POLÍTICA
POR MAIS POLÍTICAS PARA AS
MULHERES!**

Gabinete PARITARIO



**Josefa González
Blanco Ortiz Mena**
*Secretaría del Medio Ambiente
y Recursos Naturales*

**Olga Sánchez
Cordero**
*Secretaría de
Gobernación*

**Alejandra
Frausto Guerrero**
*Secretaría de
Cultura*

**María Luisa
Albores
González**
*Secretaría de
Desarrollo Social*

**Norma Rocío
Nahle García**
*Secretaría de
Energía*

**Graciela
Márquez Colín**
*Secretaría de
Economía*

**Andrés Manuel
López Obrador**
Presidente

**Luisa
María Alcalde**
*Secretaría de Trabajo
y Previsión Social*

**Irma Eréndira
Sandoval
Ballesteros**
*Secretaría de la
Función Pública*



Enap

Escola Nacional de
Administração Pública

Políticas Públicas para as mulheres e os instrumentos do Estado Brasileiro para a construção da igualdade de gênero

Políticas Públicas para Mulheres no Brasil

- **Movimento de Mulheres no Brasil**
- **Marcos Legislativos Internacionais**
- **Institucionalização das Políticas Públicas para Mulheres no Brasil**
- **Principais instrumentos de implementação das Políticas Públicas no Brasil**

Feminismo Negro

- <https://www.youtube.com/watch?v=u56gUXbdH2Q> (até 6 min 34s)

Movimento de mulheres e políticas públicas no Brasil*

- 1983 – Programa de Assistência Integral à Saúde da Mulher (PAISM). Mov. de mulheres e profissionais da saúde, precursor da Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher (PNAISM).
- 1985 - Conselhos estaduais da condição feminina (SP e MG)- demanda por inserção das questões das mulheres nas políticas públicas;
- 1985 – CNDM- Movimentos de Mulheres pelas Diretas Já
- 1985 – Delegacia Especial de Atendimento à Mulher (DEAM)

- *MACHADO, Lia Zanotta. Feminismo Brasileiro: revolução de ideias e políticas públicas.

Movimento de mulheres e políticas públicas no Brasil

- 1988 Lobby do Batom e Carta das Mulheres.
<https://www.youtube.com/watch?v=ojSDVycUPU>
- Década de 90 – ONGs e Redes.
- 1994 – Envio aos candidatos à presidência da República proposta criação de Secretaria ligada à Presidência.
- 2002 – Secretaria Especial dos Direitos da Mulher – SEDIM/MJ.
- 2003 - Criação da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres – Status de Ministério e Orçamento.
- Anteprojeto de lei para a caracterização da violência doméstica contra as mulheres – Lei Maria da Penha;
- Anteprojeto de lei para a legalização da interrupção da gravidez por decisão da mulher até as 12 primeiras semanas – Frente Parlamentar contra o aborto, Bancada Evangélica, acordo entre Vaticano e Gov. Lula, CNBB, eleições presidenciais;

Principais Documentos Internacionais para a Promoção dos Direitos das Mulheres e da Igualdade de Gênero

- Carta das Nações Unidas (1945).
- Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948).
- Convenção Interamericana Sobre a Concessão dos Direitos Civis à Mulher (1948).
- Convenção sobre os Direitos Políticos da Mulher (1953).
- Convenção da OIT no. 100 (1951).
- Convenção da OIT no. 103 (1952).
- Convenção da OIT no. 111 (1958).
- Convenção da OIT no. 156 (1981).
- Convenção da OIT no. 171 (1990).
- Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial - CERD (1966).
- **Convenção Americana de Direitos Humanos, São José (1969).**
- **I Conferência Mundial sobre a Mulher (Cidade do México, 1975).**
- Convenção Para Eliminar Todas as Formas de Discriminação Contra a Mulher - CEDAW (1979).
- **II Conferência Mundial sobre a Mulher (Copenhague, 1980).**
- **III Conferência Mundial Sobre a Mulher (Nairóbi, 1985).**
- Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (Rio, 92).
- II Conferência Mundial de Direitos Humanos (Viena, 1993).
- III Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento (Cairo, 94).
- **Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência Contra a Mulher - Convenção de Belém do Pará (1994).**
- **IV Conferência Mundial sobre a Mulher (Beijing, 95).**
- II Conferência das Nações Unidas sobre Assentamentos Humanos- Habitat II'96 (Istambul, 96).
- Declaração do Milênio (2000).
- III Conferência Mundial contra o Racismo, a Discriminação Racial, a Xenofobia e formas Conexas de Intolerância (Durban, 2001).
- Convenção e Recomendação da OIT sobre Trabalho Decente para as Trabalhadoras e os Trabalhadores Domésticos (Genebra, 2011).

- Gender mainstreaming
- Caso Maria da Penha

Caso Maria da Penha

- Caso 1983
- 1998 – CIDH - Centro para a Justiça e o Direito Internacional (CEJIL) e Comitê Latino-Americano e do Caribe para a Defesa dos Direitos da Mulher (CLADEM).
- 2001 - Relatório da comissão:
 - Completar rápida e efetivamente o processamento penal do responsável pela agressão;
 - Realizar uma investigação séria, imparcial e exaustiva para apurar as irregularidades e atrasos injustificados que não permitiram o processamento rápido e efetivo do responsável;
 - Adotar, sem prejuízo das ações que possam ser instauradas contra o agressor, medidas necessárias para que o Brasil assegure à vítima uma reparação simbólica e material pelas violações;
 - Prosseguir e intensificar o processo de reforma para evitar a tolerância estatal e o tratamento discriminatório com respeito à violência doméstica;
 - Medidas de capacitação/sensibilização dos funcionários judiciais/policiais especializados para que compreendam a importância de não tolerar a violência doméstica;
 - Simplificar os procedimentos judiciais penais;
 - O estabelecimento de formas alternativas às judiciais, rápidas e efetivas de solução de conflitos intrafamiliares;
 - Multiplicar o número de delegacias policiais especiais para a defesa dos direitos da mulher e dotá-las dos recursos especiais necessários, bem como prestar apoio ao MP na preparação de seus informes judiciais;
 - **Incluir em seus planos pedagógicos unidades curriculares destinadas à compreensão da importância do respeito à mulher e a seus direitos reconhecidos na Convenção de Belém do Pará;**
 - Apresentar à Comissão, dentro do prazo de 60 dias – contados da transmissão do documento ao Estado, um relatório sobre o cumprimento destas recomendações para os efeitos previstos no artigo 51(1) da Convenção Americana;
- **Em 2006, foi publicada a Lei nº [11.340](#) que ficou conhecida como a [Lei Maria da Penha](#).**

Texto “Transversalidade de Gênero: uma análise sobre os significados mobilizados na estruturação da política para mulheres no Brasil”

Mariana Mazzini Marcondes, Ana Paula Rodrigues Diniz, Marta Ferreira Santos Farah

Instrumentos para a implementação das Políticas Públicas para as mulheres:

- Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (1985)
- Secretaria de Políticas para as Mulheres/ Feminismo de Estado;
- Organismos de Políticas para as mulheres (municipais e estaduais) ;
- Conselhos Municipais, Estaduais e Nacional dos Direitos das Mulheres
- **Conferências**
- **Planos Nacionais, Estaduais e Municipais de Políticas para as Mulheres;**
- **Comitê Nacional de Monitoramento das Políticas para as Mulheres**
- **Mecanismos de Políticas para as Mulheres nos ministérios**

Conferências Nacionais de Políticas para as Mulheres e Planos Nacionais de Políticas para as Mulheres

- 2004 – I Conferência Nacional de Políticas para as mulheres. 1.787 delegadas, 120 mil mulheres no país – I PNMP
- 2007 – II Conferência Nacional de Políticas para as mulheres – 200 mil mulheres, 2.800 delegadas – II PNPM
- 2011 – III Conferência Nacional de Políticas para as mulheres – 200 mil participantes, 2.125 delegadas, PNMP 2013-2015;
- 2016, maio. Documento não publicado.

PLANO NACIONAL DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES



Presidência da República
SECRETARIA ESPECIAL DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES



Enap

Escola Nacional de
Administração Pública

Capítulo 1 Igualdade no mundo do trabalho e autonomia econômica	13
Capítulo 2 Educação para igualdade e cidadania	21
Capítulo 3 Saúde integral das mulheres, direitos sexuais e direitos reprodutivos	29
Capítulo 4 Enfrentamento de todas as formas de violência contra as mulheres	41
Capítulo 5 Fortalecimento e participação das mulheres nos espaços de poder e decisão	51
Capítulo 6 Desenvolvimento sustentável com igualdade econômica e social	59
Capítulo 7 Direito à terra com igualdade para as mulheres do campo e da floresta	65
Capítulo 8 Cultura, esporte, comunicação e mídia	73
Capítulo 9 Enfrentamento do racismo, sexismo e lesbofobia	83
Capítulo 10 Igualdade para as mulheres jovens, idosas e mulheres com deficiência	89
Gestão e monitoramento do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres	95

Linha de ação 1.2. Promoção da autonomia econômica das mulheres por meio da assistência técnica e extensão rural, do acesso ao crédito e do apoio ao empreendedorismo, ao associativismo, ao cooperativismo e à comercialização, com fomento a práticas de economia solidária.

Ações	Órgão responsável	Parceiros	PPA Objetivo/ Meta ou Iniciativa
1.2.1. Apoiar projetos empreendedores e de organização produtiva de mulheres nos meios urbano e rural e favorecer mecanismos para comercialização de sua produção.	MDS, MDA	SPM, MTE, Seppir, BB	0931/5ª meta 0759 / - 0411/ -
1.2.2. Apoiar projetos de organização produtiva das mulheres rurais, garantindo o acesso ao crédito, à assistência e assessoria técnica e socioambiental, bem como o apoio à comercialização, à agroecologia e à agricultura familiar.	MDA, SPM	Seppir, BB	0931/5ª meta 0759/ - 0979/ - 0411/ -
1.2.3. Incentivar o acesso de mulheres às incubadoras e empreendimentos econômicos solidários e fortalecer a rede de mulheres na economia solidária.	MTE, SPM	Seppir, BB	0931/ - 0983/ -
1.2.4. Apoiar projetos de empreendimentos econômicos solidários de grupos de mulheres, favorecendo mecanismos para comercialização de sua produção.	MTE, SPM	Seppir, BB	0979/2ª meta 0931/ - 0983/ -
1.2.5. Fortalecer o acesso qualificado das mulheres às linhas de microcrédito produtivo e assistência financeira.	SPM	Seppir, BB	0291/ - 0411/ -
1.2.6. Apoiar a cooperação bilateral sobre políticas de trabalho para as mulheres, em especial, no âmbito da América Latina e do Caribe.	SPM, MRE	Seppir	0934/03Y6

Comitê de Articulação e Monitoramento do PNPM

- Transversalidade e Interseccionalidade;
- 32 representantes de órgãos governamentais;
- 3 representantes do CNDM;
- Convidadas eventuais – ONU Mulheres, OIT, OPMs.
- Consolidação dos relatórios de Monitoramento do PNPM junto ao Sistema Integrado de Orçamento e Planejamento do Governo Federal (SIOP)

Desafios para a operacionalização da Transversalidade no Brasil

- Dimensão técnica – Gestão e Coordenação governamental horizontal
- Coordenação vertical – federativa – OPMs – Sistema Nacional de Políticas para as Mulheres
- Valorização gradual da interseccionalidade
- Incorporação marginal abordagem instrumentalizadora do tema - PBF
- Políticas para promover os direitos das mulheres ou políticas de gênero?

Mecanismos de Gênero nos Órgãos do Governo Federal (2016)

- **1. Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA:** Assessoria Especial de Gênero, Raça e Etnia para a Diretoria de Mulheres Rurais e Quilombolas ([Decreto nº 7.255/2010](#));
- **2. Ministério de Minas e Energia - MME:** Comitê Permanente para as questões de Gênero (funciona ativamente desde 2004 - embora não tenha instrumento normativo que o institua, possui Regimento Interno);
- **3. Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome - MDS:** Comitê Permanente para as Mulheres e Gênero (Portaria n. 381/2009);
- **4. Ministério do Trabalho e Emprego - MTE:** Comissão de igualdade de oportunidades de gênero, de raça e etnia, de pessoas com deficiência e de combate à discriminação (Portaria nº 219/2008);
- **5. Ministério da Saúde - MS:** área técnica de saúde da mulher (PNAISM);
- **6. Ministério do Meio Ambiente - MMA:** Comitê Interno de Gênero (Portaria nº 25/2008 e Portaria nº 287/2012);
- **7. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA:** Comitê de Políticas para as Mulheres e de Gênero (Portaria nº 806/2013);
- **8. Ministério da Defesa – MD:** Portaria nº 893 MD, de 14 de abril de 2014 (publicada dia 15/04/2014);
- **9. Ministério das Comunicações – MC:** nº 173, de 10 de junho de 2014 (publicada no dia 20/06/2014);
- **10. Ministério das Relações Exteriores – MRE:** Comitê Gestor de Gênero e Raça (Portaria nº 491, de 12 de setembro de 2014);
- **11. Ministério da Pesca e Aquicultura – MPA:** Comitê de Gênero (Portaria nº 361, de 11 de setembro de 2014);
- **12. Ministério da Cultura – MinC:** Comitê Interno de Políticas para as Mulheres e de Gênero (Portaria MinC nº 114, de 11 de novembro de 2015);
- **13. Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação - MCTI:** Comitê de Gênero do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (Portaria nº 1.187, de 29 de dezembro de 2015);
- **14. Fundação Nacional do Índio - Funai:** Coordenação de Gênero e Assuntos Geracionais (Portaria nº 26/2007);
- **15. IPEA:** Coordenação de Estudos de Gênero na Diretoria de Estudos e Políticas Sociais (Disoc);
- **16. Banco do Brasil- BB:** divisão dentro de gestão de pessoas que trata de temas como igualdade de oportunidades de gênero, raça, etnia.

Grupo de Pesquisa Diversidade e Desigualdades na Implementação de Políticas Públicas

- **Julho/2016 Curso de Aperfeiçoamento Profissional sobre Políticas Públicas de Diversidade**
- **1ª Reunião – 30.09. 16**
- **2 - Diversidade e Políticas para os Povos Indígenas**
- **3 – Diversidade no Cadastro Único**
- **4 - Estado Inclusivo e Jovens Líderes**
- **5 - Nome social**
- **6 - Matriz de Desigualdades na América Latina**
- **7 – Implementação de Políticas e Desigualdades**
- **8 - Sociologia do Guichê e o Significado da Espera nas Políticas Públicas**
- **9 - Racismo Institucional**
- **10 - Burocracia Representativa**
- **11 - Ativismo Institucional**
- **12 - Interserccionalidades**

Bibliografia

- BANDEIRA, Lourdes e MELO, Hildete Pereira de. Tempos e Memórias. Movimento Feminista no Brasil. Brasília: SPM, 2010.
- BONETTI, Aline. Desigualdade de gênero. Introdução Crítica ao Direito das Mulheres. O Direito Achado na Rua Vol. 5. Brasília: CEAD, FUB, 2011.
- Brasil. Presidência da República. Secretaria de Políticas para as Mulheres. *Relatório Anual Socioeconômico da Mulher*. 1ª Impressão. Brasília: Secretaria de Políticas para as Mulheres, março de 2015.
- Brasil. Presidência da República. Secretaria de Políticas para as Mulheres. *Plano Nacional de Políticas para as Mulheres*. Brasília: Secretaria de Políticas para as Mulheres, 2013.
- Brasil. Presidência da República. Secretaria de Políticas para as Mulheres. Capacitação para os mecanismos de gênero no governo federal / Secretaria de Políticas para as Mulheres. -- Brasília : Presidência da República, 2014.
- BRASIL. Mulheres na política : retrato da sub-representação feminina no poder. – Brasília : Senado Federal, Procuradoria Especial da Mulher, 2016.
- CARVALHO, Marília Pinto de. *Sucesso e fracasso escolar: uma questão de gênero*. Educação e Pesquisa, n.1, p. 185-193, jan./jun. 2003v.29, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2003.
- DAVIS, Angela. *Mulheres, Raça e Classe*. São Paulo: Boitempo, 2016.
- MACHADO, Lia Zanotta. *Feminismo Brasileiro: revolução de ideias e políticas públicas*. Introdução Crítica ao Direito das Mulheres. O Direito Achado na Rua Vol. 5. Brasília: CEAD, FUB, 2011.
- MARCONDES, Mariana Mazzini, DINIZ, Ana Paula Rodrigues, FARAH, Marta Ferreira Santos. Transversalidade de gênero: uma análise sobre os significados mobilizados na estruturação da política para mulheres no Brasil. *Revista do Serviço Público*, Volume 69, n. 2. Abr/Jun 2018.

Sugestão de Bibliografia para aprofundamento

- CARNEIRO, Sueli. Mulheres em movimento. *Estud. av.* [online]. 2003, vol.17, n.49 [cited 2017-05-29], pp.117-133. <http://www.scielo.br/pdf/ea/v17n49/18400.pdf>
- FRANCESCHET, S. (2003). "'State feminism' and women's movements: The impact of Chile's Servicio Nacional de la Mujer on women's activism". *Latin American Research Review*, 38, 1, 9-40.
- MATOS, Marlise, and Clarisse Goulart Paradis. "Desafios à despatriarcalização do Estado brasileiro." *Cadernos pagu* 43 (2016): 57-118.
- <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/8645109>
- MATOS, Marlise 2011. Recentes Dilemas da Democracia e do Desenvolvimento no Brasil: porque precisamos s de mais mulheres na política?. In: *Revista Sinais Sociais*. Rio de Janeiro, v.5 nº17, setembro/ dezembro 2011. P.110-141.
- MATOS, Marlise. 2011. "Despatriarcalizar nosso Jogo Democrático". In: *Revista Teoria e Debate* 91. Mmarço/abril 2011. P. 43-48.
- OGANDO, Ana Carolina. 2012. "Os impactos dos Planos Nacionais de Políticas para as Mulheres nas políticas públicas no Brasil". In: I Simpósio Nacional sobre Democracia e Desigualdades, 2012, Brasília. Anais do I Simpósio Nacional sobre Democracia e Desigualdades, 2012. Disponível em: http://www.demode.unb.br/images/Anais2012/Pinheiro_e_OgandoOs_impactos_dos_Planos_Nacionais_de_Politicas_para_as_Mulheres_nas_politic_publicas_no_Brasil.pdf
- ONU Mulheres. 2014. *Guía Estratégica Empoderamiento Político de las Mujeres: Marco para una Acción Estratégica*. Cap. 1 e 2. Disponível em: <http://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2016/04/EMPODERAMIENTO-POLITICO-DE-LAS-MUJERES-LAC-2014-17-UNWOMEN.pdf>
- SOARES, Vera. "Movimento Feminista: Paradigmas e desafios." *Estudos Feministas* (1994): 11-24. <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/16089>
- VALIENTE, Celia. 2007. "Developing Countries and New Democracies Matter: An Overview of Research on State Feminism Worldwide". In: *Politics & Gender* 3(4) 2007. 530 - 541

Obrigada!
Carolina Pereira Tokarski